

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E OCUPAÇÕES
NOS RINCÕES DOS MENDES E DA CHIRCA – APA
DO RIO IBIRAPUITÃ/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Luciano Rozalino

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E OCUPAÇÕES NOS
RINCÕES DOS MENDES E DA CHIRCA – APA DO RIO
IBIRAPUITÃ/RS**

Luciano Rozalino

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rozalino, Luciano
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E OCUPAÇÕES NOS RINCÕES DOS
MENDES E DA CHIRCA - APA DO RIO IBIRAPUITÃ/RS / Luciano
Rozalino.-2013.
87 p.; 30cm

Orientador: Marco Antônio Verardi Fialho
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, RS, 2013

1. Pampa 2. Rincões 3. Ocupações 4. Sobrevivência I.
Antônio Verardi Fialho, Marco II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E OCUPAÇÕES NOS RINCÕES
DOS MENDES E DA CHIRCA – APA DO RIO IBIRAPUITÃ/RS**

elaborada por
Luciano Rozalino

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marco Antônio Verardi Fialho
(Presidente/Orientador)

Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM)

Vicente Celestino Pires Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 06 de Setembro de 2013

DEDICATÓRIA

Aos homens e mulheres dos diversos Rincões espalhados por este Pampa. Em especial aos moradores do Rincão dos Mende e da Chirca, pessoas que respeito e admiro e que engrandeceram minha alma nesta breve convivência.

Aos ancestrais, precursores desta caminhada. Especialmente aos avós, estes que compartilharam de suas trajetórias e experiências, contribuindo para que me tornasse um ser humano cada dia melhor. “Saudade é ausência em tempo e espaço”.

AGRADECIMENTOS

Minha imensurável gratidão aos pais, estes que acolheram os projetos dos filhos como os seus próprios projetos de vida, dando o crucial apoio e incentivo nesta caminhada.

Aos demais familiares pela compreensão e estímulo, meu muito obrigado.

Aos amigos e colegas (aos que estão perto ou distante), estes que são parte desta “construção humana”, meu respeito e admiração.

Ao amigo e orientador Marco Antônio Fialho, meu reconhecimento pela paciência e tolerância despendidas ao longo desta empreitada.

Ao PPGE_xR - UFSM e ao seu quadro de professores e funcionários, meu agradecimento pelas oportunidades e convivência.

EPÍGRAFE

“... Não cantem minha desdita
de exilado em vielas de vilas pobres,
pois, desde o princípio, fui apenas,
no ermo infindo dos fundões de campo,
figurante sem nome de uma história,
a qual nunca entendi o sentido
no ir e vir de quixote andarilho.
Lutei por trezentos anos, bem mais
e pouco juntei de meu, quase nada.
Gastei vida e potros nas guerrilhas,
pela causa obscura dos coronéis,
que renasceram em bronze nas praças avenidas.

Dizem que lutei por liberdade
mas da liberdade, essa potra arisca,
ficou só um conceito confuso, indefinido
entre a lonjura imensurável do horizonte,
a largura sem fim do campo aberto,
as patas peregrinas de meu flete
e o viver rude, andejo, de estradeiro.
Talvez tenha guerreado por guerrear,
para aplacar a nômade inquietude,
a sede louca de engolir distâncias,
herdadas por cedo a mouros ancestrais,
que patearam pátria no deserto.

Porém é cedo, alarguei fronteiras
redesenhando a geografia da querência.
Criei contornos e limites novos, riscados pelo aço
de lanças, patas, adagas, esporões e braços,
fazendo pátria, sem saber conceitos
povoando campos entre o Oceano e o Uruguai lendário,
entre a Vacaria dos Pinhais e a do Mar, ao sul,
escrevendo a meridional história americana,
trançando ferro com os irmãos do prata,
correndo a fogo o bandeirante intruso.
Fortaleza viva de centaura estampa,
caudal de estórias nos fogõesde ronda.

Mas, ao herói sem prata, de anônima figura
de corpo gasto pelo rigor do tempo, esse algoz,
que iguala todos no mangueirão da vida,
não sobra bronze para estátua ou busto,
pois, a história, escrevem-na os vencedores,
com o sangue derramado dos ingênuos,
no couro esfarrapado dos vencidos.
Mas, o silêncio das campas, de inscrições
ausentes,
mudas testemunhas na nudez dos campos,
me erguerá uma estátua de perenidade,
que ao gemido triste dos ventos pampeanos,
me fará eterno nos galpões de estância.

A voz do povo perpetuará meus feitos,
em meio as brasas de um foguito manso,
algum piá trabuzana me fará presente,
gineteando fletes de taquara e vento,
pelas campinas, assoviando à esmo.
Serei lembrado, no futuro, é certo,
na xucra melodia de uma oito-baixos,
costeando lindo um cantador solito;
no timbre austero dos recitadores,
no contraponto das trovas e payadas,
nos melífluos sons das guitarras andaluzas,
que apartaram aqui, para transmutar cantigas.”

Trecho da Poesia “Fragmentos Memoriais de um Anônimo” de Moisés Silveira de Menezes.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E OCUPAÇÕES NOS RINCÕES DOS MENDES E DA CHIRCA – APA DO RIO IBIRAPUITÃ/RS

AUTOR: LUCIANO ROZALINO

ORIENTADOR: MARCO ANTÔNIO VERARDI FIALHO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 06 de Setembro de 2013.

Dentro do processo histórico de formação do território Rio-Grandense, muitos atores sociais ficaram ocultos na região do Pampa. A presença quase onipresente da grande propriedade pastoril (Estância) acabou encobrindo uma grande diversidade social, dando a falsa ideia de região homogenia. Contudo, investigações recentes começaram a identificar atores importantes e que sempre fizeram parte do mosaico pampiano, como é o caso do “Pecuarista Familiar”. Porém outros atores permanecem pouco compreendidos. O presente trabalho buscou contemplar o universo das populações rurais denominadas Rincões. Procurou-se evidenciar aspectos socioeconômicos além de identificar as ocupações presentes nestas comunidades rurais. Os Rincões caracterizam-se por serem pequenos núcleos populacionais do Pampa onde residem pessoas com pequenas porções de terras que sobrevivem das diversas ocupações atreladas as estâncias e às atividades da pecuária de corte. O estudo concentrou-se em uma parcela do município de Rosário do Sul, na região do Bioma Pampa, dentro da Área de Preservação Ambiental do Rio Ibirapuitã (APA do Ibirapuitã). Foram tomados como referência para o estudo de caso dois Rincões (Rincão dos Mendes e Rincão da Chirca). O Rincão dos Mendes caracteriza-se por possuir pequenas propriedades e população de faixa etária bastante elevada. As famílias possuem pequenas criações e plantas de cercado destinadas ao autoconsumo familiar e eventual venda de animais (bovinos). As aposentadorias compreendem as maiores entradas monetárias nas famílias, sendo responsáveis pela manutenção das mesmas. As aposentadorias são provenientes das antigas atividades prestadas fora da propriedade, nas estâncias vizinhas, com a lide do gado. No Rincão da Chirca a população é mais jovem e grande parte dos homens é ocupado em funções relacionadas a pecuária, dentro das estâncias vizinhas. Para as mulheres fica a incumbência das atividades do lar. O estudo ainda apontou para um elevado grau de satisfação (nos dois Rincões de referência) em relação ao local em que vivem, ao rural e as atividades e ocupações que desempenham.

Palavras-Chave: Pampa. Rincões. Ocupações. Sobrevivência.

ABSTRACT

Dissertation of Master Degree
Post-Graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

SOCIO-ECONOMIC ASPECTS AND OCCUPATIONS IN “RINCÕES” OF “MENDES” AND “CHIRCA” - APA RIVER “IBIRAPUITÃ” / RS

Author: Luciano Rozalino

Adivisor: Marco Antônio Verardi Fialho

Date and Location of Defense: Santa Maria, February, 25, 2013.

Within the historical process of formation of the territory Rio-Grandense, many social actors were hidden in the Pampa region. The almost ubiquitous presence of large pastoral property (Estância) just covering a wide social diversity, giving the false idea of homogeneous region. However, recent research has begun to identify important actors and have always been part of the mosaic pampiano, such as the "Pecuarista Familiar". But other actors remain poorly understood. The present study sought to contemplate the universe of rural populations called Rincões. Tried to highlight socioeconomic aspects and identify the occupations present in these rural communities. The Rincões are characterized by being small settlements in Pampa where people reside with small portions of land that survive the various occupations tied the estâncias and activities of beef cattle. The study focused on a portion of the municipality of Rosario do Sul, in the region of the Pampa biome within the Preservation Area River Environmental Ibirapuitã (APA Ibirapuitã). Were taken as reference for the case study two Rincões (Rincão of Mendes and the Rincão of Chirca). The Rincão of Mendes characterized by having small properties and very high population aged. Families have few animals and plants surrounded intended for consumption and eventual sale of animals (cattle). Pensions comprise the largest monetary entries in families, being responsible for the maintenance of the same. Pensions are from the former activities provided outside the property, in the nearby estâncias. In Chirca, the population is younger most men are employed in positions related to livestock in the nearby estâncias. For women, staying household duties. The study also pointed to a high degree of satisfaction (in both Rincões reference) in relation to where they live, and to rural activities and occupations that play.

Keywords: Pampa. Rincões. Occupations. Survival.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Área plantada – Lavoura Temporária – Campanha Central/RS.....	30
Tabela 02 - Evolução da área de florestas plantadas com eucalipto no RS (2004-2008).	31
Tabela 03 - Número e Área dos estabelecimentos agropecuários (familiar e não familiar) na Campanha Central – RS	32
Tabela 04 - Densidade demográfica e distribuição da população urbana e rural em Rosário do Sul/RS	48
Tabela 05 - Número e Área dos estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar - Rosário do Sul – RS	49
Tabela 06 - Área ocupada com lavoura temporária em Rosário do Sul	50
Tabela 07 - Efetivo dos rebanhos - Município de Rosário do Sul	51
Tabela 08 - Área e Efetivo Animal por família – Rincão dos Mendes	59
Tabela 09 - Distribuição do Produto Bruto (R\$ por ano)	60
Tabela 10 - Efetivo Animal por família – Rincão da Chirc a.....	65
Tabela 11 - Distribuição do Produto Bruto (R\$ por ano)	66
Tabela 12 - Rendas (atividades fora de UPA), aposentadorias/pensões e outros benefícios/ano	72
Tabela 13 - Rendas (atividades fora da UPA), aposentadorias/pensões e outros benefícios	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Abrangência do Bioma Pampa	42
Figura 02 - Localização da Apa do Ibirapuitã	45
Figura 03 - Localização do Município de Rosário do Sul	47
Figura 04 - Vista panorâmica do Rincão dos Mendes	53
Figura 05 - Vista panorâmica do Rincão da Chirca	54
Figura 06 - Distribuição da faixa etária da população	56
Figura 07 - Nível de escolaridade da população	57
Figura 08 - Variedades olerícolas	58
Figura 09 - Variedades Frutíferas	58
Figura 10 - Distribuição da faixa etária da população (%)	62
Figura 11 - Nível de escolaridade da população (%)	63
Figura 12 - Variedades Vegetais Cultivadas	64
Figura 13 - Variedades Frutíferas	64
Figura 14 - Alambradores fazendo a manutenção de cercas	74
Figura 15 - Esquiladores fazendo as tosa da lã de ovelhas	76
Figura 16 - Distribuição (%) dos elementos mais valorizados no rural pelas famílias dos rincões	78
Figura 17 - Perspectiva das famílias dos rincões sobre a sucessão rural	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 RIO GRANDE DO SUL: UMA HISTÓRIA DE EXPROPRIAÇÃO E APROPRIAÇÃO	16
1.1 O índio, as missões e o gado xucro: a cobiça estrangeira	16
1.2 Estância: a privatização da terra e a divisão social	19
1.3 O charque e a consolidação da elite pastoril	22
1.3.1 Açorianos versus charqueada	22
1.3.2 O negro: sal, charque e escravidão	23
1.3.3 O negro, a guerra e o quilombo	25
1.4 O alambrado e o sentido de “liberdade”: o “gaucho embretado”	26
1.5 A modernização da pecuária: supressão da mão de obra e surgimento dos rincões	27
1.6 O contexto contemporâneo	28
1.6.1 A expansão do agronegócio na metade sul	29
1.6.2 Reforma agrária e agricultura familiar no pampa	31
1.7 Rincões do pampa: surgimento e permanência	34
1.7.1 Possíveis origens	34
1.7.2 Permanência ou sucumbência?	36
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
2.1 O Estudo de Caso	38
2.2 As ferramentas utilizadas	38
2.2.1 A revisão de literatura	39
2.2.2 Os dados secundários	39
2.2.3 O questionário	40
2.2.4 O roteiro de entrevistas e a observação	41
2.3 A caracterização da região em questão: do macro para o micro	41
2.3.1 O Pampa: uma breve caracterização	41
2.3.2 A APA do Ibirapuitã e a Serra do Caverá	44
2.3.3 O município de Rosário do Sul	47
2.3.4 Rincão dos Mendes e Rincão da Chirca	52
3 RINCÃO DOS MENDES E RINCÃO DA CHIRCA: AS CARACTERÍSTICAS	55
3.1 O Rincão dos Mendes	55
3.1.1 Aspectos gerais do ambiente, estrutura fundiária e população	55
3.1.2 A produção agrícola	57
3.2 Rincão da Chirca	61
3.2.1 Aspectos gerais do ambiente, estrutura fundiária e população	61
3.2.2 A produção agrícola	64
4 OCUPAÇÕES NO PAMPA: TRABALHO E SOBREVIVÊNCIA	68
4.1 As atividades (ocupações) fora da UPA (Unidade de Produção Agrícola), aposentadorias e outros benefícios – Rincão dos Mendes	71
4.2 As atividades (ocupações) fora da UPA (Unidade de Produção Agrícola), aposentadorias e outros benefícios – Rincão da Chirca	74

5 AS PERCEPÇÕES DOS MORADORES EM RELAÇÃO AO RURAL E AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS: UM BREVE COMPARATIVO ENTRE OS RINCÕES	77
CONSIDERAÇÕES	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

INTRODUÇÃO

Desde sua introdução, no século XVII, o gado tem sido elemento importante para o desenvolvimento da região que compreende o Bioma Pampa¹. Nestas pradarias o gado encontrou um ambiente propício para sua rápida expansão, e a mais de três séculos, em suas diferentes fases, a pecuária não só resiste como tem papel vital para muitos municípios da região denominada metade sul do Rio Grande do Sul e países vizinhos (Uruguai e Argentina). A pecuária, nestes locais, não só é geradora de fonte de renda, como também imprimiu um arcabouço de valores que acabaram por moldar uma personalidade peculiar em seus habitantes.

A partir da domesticação dos rebanhos, em meados de 1750, a atividade pastoril – até então de características nômades – passa a fixar-se. A caça aos rebanhos “cimarrones” (selvagens, xucros) em busca de couro vai perdendo espaço, pois a fixação e domesticação do rebanho facilita o manejo e diminui o trabalho penoso. A carne, através do charque, torna-se o artigo mais importante e com este novo panorama da produção pastoril acontecem profundas mudanças nas relações de propriedade e de trabalho, ditadas pelo surgimento da denominada Estância².

A estância baseava-se em vastas extensões de terras (sesmarias) - cedidas pelas coroas (Portugal e Espanha) à influentes - destinadas a criação de gado para a produção do charque com utilização de mão de obra livre assalariada e escrava. Geralmente os serviços de manejo do gado, os quais exigiam o cavalo como instrumento, eram realizados pela mão de obra assalariada, enquanto que os escravos eram regularmente utilizados nas lides de confecção do charque.

A estância, depois de séculos de existência, imprimiu sua hegemonia e de certo modo uma dominação cultural no contexto do Pampa, onde se fez acreditar que reinava soberana, onde imaginava-se existir apenas latifúndios e estancieiros. Contudo, a presença da grande

¹ Bioma com predominância de pradarias formadas, em sua grande maioria por gramíneas. Abrange grande parte do território sul rio-grandense, além dos vizinhos Argentina e Uruguai. Caracterizado também pela forte presença da atividade pecuária, pela presença de aspectos históricos e socioculturais formadores da identidade um tipo peculiar ligado a este local: o *gaúcho*.

² Segundo César (2005) “o substantivo “estância” prende-se etimologicamente ao latim “stare”, que significa “estar em pé, estar firme, estar imóvel”. Provavelmente o sentido da palavra deve-se a uma contraposição a um tipo de pecuária primitiva nômade que passa a ser sedentária e mais “organizada”. Porém, na nossa interpretação, a palavra pode ter tomado papel estratégico na legitimação de um modelo pastoril conveniente às elites e aos senhores de terras, resguardados por suas coroas, onde “estar firme, estar de pé” remete a um significado de poder, de estrutura inabalável, rígida e conservadora de uma ordem social. “Estabelecimento rural destinado à criação de gado, constituído de grandes extensões de campo dividido por cercas de arame...” (NUNES & NUNES, 1984).

propriedade pastoril já não consegue ocultar a presença dos “novos velhos” atores que constituem este complexo mosaico que é o Pampa. Novos velhos porque sempre estiveram as margens das estâncias, servindo-a com sua força de trabalho nas mais diversas ocupações, mas ficando esquecidos - pela sociedade - em meio à vastidão hegemônica do latifúndio. Com o surgimento de novos olhares da pesquisa acadêmica, estes atores adquirem importância na busca por um entendimento mais convincente do que seja desenvolvimento, onde as abordagens voltadas para o social buscam explicações baseadas em instrumentos mais complexos (qualitativos) e vão se despidendo das perspectivas estritamente econômicas, onde crescimento econômico e desenvolvimento se confundem.

Agora começam a ser investigados, aqueles que cruzaram gerações a serviço da estância e que habitam o mesmo Pampa, porém, “depois do alambrado” que limita a grande propriedade. Isto porque foram alijados do acesso a terra, exceto pelas pequenas fatias que recebiam, estrategicamente, dos patrões, donos de estância, para permanecerem nas proximidades destas, empregando seus únicos bens: a força e destreza nas lides de campo.

Estes “novos velhos” são “parcialmente” identificados, em estudos recentes, na figura do pecuarista familiar, onde os esforços concentram-se em compreender as racionalidades, as lógicas e as estratégias de reprodução social deste importante ator. Entendemos que essa categoria pode ser estratégica, pois devido ao caráter de trabalho familiar, pode garantir a reprodução social da família, na atividade pecuária, em porções de terra menores. Talvez seja o modelo de produção que poderia frear o êxodo e promover uma melhor distribuição de terras para a região.

Contudo, ainda existe uma parcela da população autóctone que permanece pouco compreendida: a população dos rincões. Os rincões do pampa caracterizam-se por serem pequenas comunidades rurais próximas as estâncias (geralmente em áreas marginais) onde habitam famílias, com pequenas porções de terra, atreladas a atividade pecuária. Não só servem de mão de obra nas atividades pastoris da estância (manejo do gado, construção e reparo de cercas, tosa da lã de ovelhas, etc.) como reproduzem estas atividades em suas pequenas porções de terra. Estas comunidades, no contexto da metade sul do RS³, geralmente estão isoladas (distanciamento das cidades e dificuldade de acesso) e caracterizam-se por

³ Segundo o Ministério da Integração Nacional, “a denominada Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul é um território de aproximadamente 154.099 km², com 105 municípios fazendo fronteira com o Uruguai e a Argentina. Caracteriza-se economicamente pela atividade primária, a qual está alicerçada na pecuária de corte, na criação de ovinos, na pecuária leiteira, na criação de eqüinos”. Acrescentamos ainda, que esta região ostenta o rótulo de subdesenvolvida (impressos pelo estado e sociedade) em relação a metade norte, onde a produção de grãos com um setor industrial fortemente articulado predomina. Por conta disso, a metade sul, sofre intentos de mudança no panorama econômico, com introdução de lavouras comerciais de grãos e celulose.

representativo número de pessoas idosas. O isolamento associado às restrições de terra e oportunidades de empregos fixos no local podem ser fatores relevantes e relativamente explicativos para o acentuado processo de êxodo das populações rurais da região do pampa brasileiro. Entretanto, apesar do esvaziamento das populações rurais, há uma parcela significativa de pessoas que permanecem nos rincões, superando algumas restrições (falta de infraestrutura básica como acesso a água, estradas em condições de trafegabilidade, etc.) que o meio apresenta para a subsistência.

Neste sentido, a permanência destas populações é fenômeno pouco compreendido, dada a situação em que se encontram e a quase inexistência de estudos sobre a dinâmica social e econômica que envolve as comunidades rurais denominadas rincões. Talvez a permanência esteja muito mais atrelada a um modo de vida que remete a elementos subjetivos (apego, relação do homem com o ambiente natural e social, etc.), contudo, o presente trabalho busca compreender esta permanência a partir de elementos concretos, mais especificamente nos meios de sobrevivências que estas populações disponibilizam, relacionados, basicamente, à atividade agropecuária, ocupações (venda da força de trabalho) e benefícios sociais. Sendo assim emerge uma questão de pesquisa a qual buscaremos esclarecer no desenvolvimento do trabalho: Em meio à realidade em que se encontram (por exemplo, restrição de terra e isolamento) como as populações dos rincões do pampa brasileiro garantem sua permanência na região? Para responder esta questão será necessário conhecer e caracterizar os elementos que dão suporte a permanência das pessoas na região. A atenção da pesquisa estará voltada para os mecanismos utilizados pelas famílias para garantir a sobrevivência.

Objetivo Geral:

- Conhecer e compreender os elementos que contribuem para a manutenção das populações dos rincões no contexto da pecuária de corte e da grande propriedade, na região do pampa brasileiro.

Objetivos Específicos:

- Identificar o processo (evolução) histórico de formação e permanência dos rincões;
 - Conhecer e caracterizar aspectos socioeconômicos (produção de subsistência, ocupações, benefícios sociais, faixa etária, etc.) que compõem as estratégias de sobrevivência das populações dos Rincões dos Mendes e da Chirca;
 - Identificar aspectos sobre a percepção das famílias estudadas em relação ao rural.
- Para conhecer e compreender a dinâmica social e econômica das populações dos rincões do

pampa brasileiro, o estudo concentra-se na região da fronteira oeste, na Serra do Caverá, em Rosário do Sul, em dois rincões (Rincão dos Mendes e Rincão da Chirca) situados na Área de Preservação Ambiental do Rio Ibirapuitã.

Esta região vem sofrendo mudanças no panorama econômico principalmente a partir da década de setenta. Estas mudanças foram mais significativas, principalmente com a entrada das lavouras de arroz e soja. Os chamados de “gringos” pela população fronteiriça, passam a migrar para a região da fronteira e campanha em busca de terras novas e baratas para expandirem sua produção. Mais recente, é o incentivo (inclusive estatal) à produção de eucaliptos para celulose.

Em função deste novo panorama, as discussões e divergências ficam muito restritas ao campo ambiental, devido à constatação da rápida degradação do Bioma Pampa nas últimas décadas, porém torna-se necessário trazer à tona os impactos sociais deste modelo de desenvolvimento proposto para a Metade Sul. Se conseguirmos compreender os aspectos culturais e históricos, as lógicas e racionalidades que permeiam as populações do pampa, e que vem de longa data sendo ditadas pelo “campo e pelo gado”, talvez consigamos enxergar a nítida incompatibilidade destes “novos” modelos com a realidade pampiana.

Mesmo com a valorização da ideia de construção do segmento social “pecuarista familiar”, não é tarefa fácil “despir” a sociedade das “vestes” hegemônicas da estância tradicional. Por séculos perdura a identidade do latifúndio e do patrão. A cultura gaúcha busca retratar e reproduzir a grande propriedade pastoril. Até mesmo nos minifúndios dos rincões do pampa é identificada a tentativa desta reprodução, fato que acaba por tornar ofuscada a presença destes atores, pois as diferenças entre rincão e estância passam a ser vistas apenas pela posse dos meios de produção, onde uma possui, o outro pensa que possui. E “também” a capacidade da paisagem (percorre-se grandes distâncias com paisagens parecidas, pradarias extensas e gado) de uniformizar o ambiente – dificultando a diferenciação/visualização entre grandes, médias e pequenas propriedades, ou seja, estancieiros, pecuaristas familiares e populações dos rincões.

1 RIO GRANDE DO SUL: UMA HISTÓRIA DE EXPROPRIAÇÃO E APROPRIAÇÃO

No presente capítulo recorreremos a uma breve revisão na história de formação do território rio-grandense, buscando evidenciar as assimetrias socioeconômicas resultantes, com a formação de duas classes distintas: proprietários (estancieiros e donos de charqueadas) e não proprietários (índios, negros, mestiços, *gauchos*⁴, etc.). Buscamos mostrar que a formação desse território confunde-se com um processo contínuo de expropriação e exploração, produzindo um quadro de desigualdades que hoje ainda perdura.

1.1 O índio, as missões e o gado xucro: a cobiça estrangeira

O processo de formação do território rio-grandense foi marcado, ao mesmo tempo, por um processo contínuo de expropriação e de formação de uma massa subalterna privada do acesso a terra, e subordinada ao estancieiro. Subordinação caracterizada por uma relação de poder assimétrica, configurando uma relação de dependência tanto para o peão como para o estancieiro, em que a existência de um depende da do outro. Esta “massa”, em nosso entendimento, é justamente a população autóctone do pampa, a qual se concentra, nos dias atuais, nos rincões espremidos entre as estâncias de criação de gado.

Segundo Pesavento (1997) a ocupação do nordeste brasileiro - e das áreas africanas que forneciam escravos - pelos holandeses, engendra uma escassez de mão de obra negra para o restante do país. É a partir deste fato (século XVII) que se observam as primeiras incursões para o sul do Brasil.

São Paulo, que já utilizava o índio para atividades de subsistência, na falta de mão de obra escrava, acaba se lançando ao apresamento dos “selvagens”. Assim, logo faltam índios nas proximidades, sendo os paulistas obrigados a atacarem as reduções indígenas estabelecidas pela Companhia de Jesus, na região de Itatins e Guairá, as margens do rio Paraná, do lado castelhano (PESAVENTO, 1997).

⁴ Usamos a palavra na forma usual na Argentina para demonstrar que nos aliamos a teoria de que o vocábulo é de origem platina, além de que, queremos diferenciar da forma usual no Rio Grande do Sul (gaúcho), para identificar um tipo social, um modo de vida peculiar ao pampa, rompendo com a simples designação dada aos que nascem em território rio-grandense. O vocábulo também possuiu por muito tempo significados pejorativos como sinônimo de vagabundo e desordeiro. No entanto, a definição de “gaucho” é bem expressa na pesquisa etimológica realizada por Assunção (1979): “faenero assalariado o clandestino, agregado a las primitivas estancias; hábil jinete, de costumbres y vestuários particulares, al que se calificaba, también, de changador o gauderio; campesino dedicado a los trabajos ganaderos em las regiones meridionales de América del Sur; hombre rural, muy de a caballo, muy hábil em las faenas ganaderas y del campo; generoso y hospitalário”.

As missões jesuíticas se apresentavam, assim, como uma importante fonte de mão de obra, onde os índios já se achavam aldeados pelos padres e adestrados para o trabalho e a obediência. Sendo atacadas as reduções do Paraguai, os padres, para fugirem dos paulistas, penetram em território rio-grandense, em 1626, estabelecendo reduções na chamada zona do “Tape”. Esta área estendia-se pela bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado com os contrafortes das serras do Mar e Geral e com o rio Uruguai, por outro (PESAVENTO, 1997, p. 8).

Porém, não demorou para que os paulistas entrassem no território rio-grandense, atacando as missões, em busca dos índios. O registro do último combate entre jesuítas e bandeirantes foi por volta de 1640, o que resultou na captura de muitos indígenas e no abandono da área pelos jesuítas. Depois deste confronto, os portugueses conseguiram expulsar os holandeses do território africano, restabelecendo o tráfico negreiro. Assim, não houve mais necessidade de caçar índios, “que havia sido sempre uma alternativa à mão de obra negra” (PESAVENTO, 1997, p. 9).

A “atividade” (se assim podemos chamar) de apresamento dos nativos para o trabalho forçado foi apenas uma parte do processo de degradação e marginalização do indígena e sua cultura. Talvez se configure como o primeiro ato (de que se tenha registro) de exploração do homem indígena pelo homem branco em solo rio-grandense.

Após o último ataque, de acordo com Pesavento (1997, p. 9)

os jesuítas... retiraram-se para a outra margem do Uruguai, levando os índios mas deixando o gado que criavam nas reduções. Estes rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria⁵ del Mar”.

Neste período se inicia um período de intensa caça ao gado xucro, com intuito da retirada do couro (produto de grande importância econômica na exportação – via Buenos Aires e Sacramento - para a Europa). Retirava-se o couro e algum pedaço de carne, para um consumo mais imediato, deixando-se para trás o restante do animal.

O couro acaba por chamar a atenção de vários grupos sociais. Portugueses, índios aldeados (apoiados pelos espanhóis) e indivíduos “sem rei, sem fé e sem lei”⁶ desenvolvem

⁵ Grande número de vacas. Grande extensão de campo que os jesuítas reservavam para a criação de gado bovino (NUNES & NUNES, 1984, p. 521). Porém, Cesar (2005) contribui com outro significado que pode ter surgido no Uruguai, onde *vaquería* além de significar “refúgio do gado” também é sinônimo de “caça a rebanhos silvestres”. Neste mesmo contexto, Freitas (1980) adiciona o termo “arreadas” para denominar grupo de “homens de vida duvidosa” que seguiam em busca do couro.

⁶ Em nosso entendimento, seriam estes “indivíduos” os precursores da categoria social denominada primeiramente de *changadores* (ver anexo 01) e após *gauchos*.

uma atividade predatória (PESAVENTO, 1997). O gado “sem dono” não tarda a escassear, e neste contexto de caça predatória do gado, surgem os “Sete Povos das Missões”.

Na eminência da devastação do gado, pela perseguição indiscriminada do gado selvagem, alguns padres jesuítas já começavam a retornar ao território rio-grandense desde meados de 1682, começando, neste período, a fundar os denominados “Sete Povos das Missões” (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo) (PESAVENTO, 1997).

Segundo a autora, os jesuítas também estavam envolvidos na atividade de “prear” os gados “cimarrones”⁷, porém preocuparam-se em separar parte dos animais levando-os para o nordeste do Rio grande do Sul, formando assim uma nova reserva de gado, a chamada Vacaria dos Pinhais ou Campos de Vacaria.

Com a nova reserva de gado, os jesuítas formaram, nos Sete Povos, pequenas estâncias junto as reduções com intuito de abastecê-las de carne, além da extração do couro, exportado á Europa por Buenos Aires, e da produção de erva-mate. Delegados pelos padres, os índios missioneiros, viviam e trabalhavam em modo comunitário, tornando os Sete Povos, importantes células econômicas. Fato que no decorrer do século XVIII, acabou configurando praticamente a independência missioneira em relação às coroas lusitana e espanhola, que continuavam a se confrontar na disputa do gado, da terra e do comércio na região do Prata (PESAVENTO, 1997).

Criando unidades economicamente desenvolvidas, praticamente autônomas, exportando para a Europa, enviando tributos ao Geral de Companhia, em Roma, com influência política dentro dos Estados Católicos da Europa, a Companhia de Jesus tornou-se pouco a pouco uma ameaça. Generalizou-se o boato de que a ordem jesuítica se constituíra num “Estado dentro do Estado” e que os padres estariam com intenção de fundar um “Império Teocrático na América” (PESAVENTO, 1997, p. 12).

Em meio às negociações e disputas por território, portugueses e espanhóis se uniram e com a proliferação do ambiente à Companhia de Jesus, uma vez que esta ameaçava o absolutismo monárquico dos Estados europeus, acabaram expulsando os jesuítas de Portugal (1759), Espanha (1767) e América (1768), confiscando ainda suas propriedades.

⁷ Na contribuição de Assunção (1978), a palavra significa: selvagens, xucros. Advém etimologicamente do castelhano. No Rio Grande do Sul, a palavra adaptada deu origem a “chimarrão”, bebida tradicional feita com a erva mate, justamente uma planta “selvagem” (nativa), encontrada naturalmente principalmente no noroeste do estado e em porções do Paraná, Paraguai e Argentina, porém muito cultivada em outras regiões do sul do continente americano.

Segundo Freitas (1980), a “invasão” das missões pelos exércitos de Portugal e Espanha, em decorrência do Tratado de Madri (1750), e a posterior expulsão dos jesuítas (1767), engendraram um rápido processo de desagregação da cultura missioneira, onde os índios terminam por vagar pelas estâncias rio-grandenses e castelhanas (em território espanhol). Aqui estendemos nossa observação para além dos Sete Povos missioneiros localizados em solo rio-grandense, também incluímos as demais reduções jesuíticas, que também foram invadidas pelo exercito luso-hispânico, localizadas em território dos atuais países da Argentina e Paraguai, formando assim os chamados “Trinta Povos das Missões”.

Com o advento da expulsão dos padres jesuítas da América, e a desestruturação das missões, o gado xucro que se encontrava na Vacaria dos Pinhais, e o gado manso das reduções, passam a ser alvo de novas investidas tanto de caçadores platinos, que objetivavam o couro; tanto de tropeiros⁸ paulistas e lagunenses que objetivavam arrebanhar o gado solto e conduzir as tropas de animais vivos, principalmente muares (estes mais abundantes na região de Buenos Aires), para abastecer a região mineradora. Assim demonstra Assunção (1979):

El principal objetivo de la cacería ganadera hispánica, es la vaquería, que mejor debe calificarse de “volteada” de los vacunos... destinada principalmente, a obtener el cuero y el sebo.
Los paulistas, que necesitan capturar el mayor número posible de equinos y transportarlos a grandes distancias... a los centros de empleo en la zona minera.

Tentaremos demonstrar ainda dentro deste capítulo, que “*la vaqueira*” hispânica, a qual se refere Assunção (1979) é justamente o ambiente embrionário do segmento social de maior expressão no pampa: o *gaucho*.

1.2 Estância: a privatização da terra e a divisão social

Por volta de 1730, antes mesmo da expulsão dos jesuítas, a coroa Portuguesa preocupada com a devastação do gado com o aumento da corrida pelo couro e as incursões (arreadas) dos platinos em território português, decide fazer a ocupação da vasta porção de terras entre o Prata e Laguna. É neste período que se inicia, persistindo em nossos dias, a grande problemática da divisão de classes no Rio Grande do Sul (principalmente na metade sul): a concentração fundiária. Esta concentração de terras se deu no modo pelo qual a

⁸ Condutor de tropas, de gado, de éguas, de mulas ou de cargueiros. Pessoa que se ocupa em comprar e vender tropas de gado, de éguas ou de mulas. Peão que ajuda a conduzir tropas (NUNES & NUNES, 1984, p. 508).

ocupação, do referido território, foi conduzida pela coroa portuguesa: a distribuição de sesmarias⁹.

A distribuição de sesmarias definiu a posse da terra e do gado, estabelecendo-se assim, a grande estância. Foram beneficiados pela Coroa tropeiros e militares que se “sedentarizaram” e se “afazendaram” (PESAVENTO, 1997, p. 15). As sesmarias eram terras devolutas e segundo Cesar (2005, p. 94), mediam “130.680.000 m², ou seja – 130.680 km²”, ou ainda, aproximadamente 13 mil hectares.

Ainda para o autor, a estância surge no século XVIII – como já visto - definindo um estilo de vida peculiar na área rio-grandense, porém não recebe esta denominação, senão mais tarde. “Os primeiros povoadores diziam “paragem”, “campos de cria”, “campos de gado”, “fazenda” (p. 64). Dreys *apud* Cesar (2005, p. 64) expõe uma definição básica para estância:

Chame-se estância, no Rio Grande, uma circunscrição dada das campinas do país, povoada de gado, cavalos, mulas, e, em certas partes, de carneiros; tem ordinariamente a extensão de uma sesmaria; às vezes de duas, de três e mais; os animais multiplicam nela pela razão de quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos.

As grandes extensões de terras das estancias favoreciam um tipo de criação primitiva, calcada na caça de animais. A diferença era que estes agora tinham dono e eram supervisionados por peões. Constata Freitas (1980) que “o índio e o mestiço de índio” foram os trabalhadores mais apropriados para a produção pecuária. Os estancieiros encontraram prontos estes nobres e hábeis pastores, já treinados nas arreadas e vacarias, de quando a terra não tinha proprietário. Segundo o autor, o escravo negro não tinha esta prática pastoril, sendo utilizado somente de forma acessória neste processo primitivo de criação. Sua mão de obra aparece em grande importância mais tarde, nas denominadas charqueadas, como veremos adiante.

Por serem menores que as lusas e castelhanas, as estâncias missioneiras possuíam gado mais “manso e gordo”, além de serem manejadas, em proporção, com menos mão de obra. É exatamente na mão de obra que reside um dos gargalos deste modelo primitivo de estância (FREITAS, 1980).

Neste sentido, os estancieiros lançam mão de algumas estratégias na busca por mão de obra qualificada para o trabalho pecuário. Uma destas estratégias é descrita por Freitas (1980, p. 30):

⁹ Segundo Pesavento (1997, p. 15) a primeira concessão se deu em 1732, na parada das Conchas, em Tramandaí. O beneficiário foi o lagunista Manuel Gonçalves Ribeiro.

Os primeiros peões foram índios... obrigados ao trabalho assalariado à medida que a conquista progredia em ambos os lados da fronteira móvel. A massa de gaúchos ou gaudérios, que no início do século XIX representava cerca de 10% da população do Continente, ainda dispunha de seus próprios meios de subsistência: para comer, abatia uma rês nos campos imensos não ocupados efetivamente pelos proprietários. Somente se assalariava forçada por imperiosas necessidades e, para obriga-lo a isso, recorreu-se à coerção extraeconômica, equiparando a delinquentes todos os que não se empregassem nas estâncias.

Porém esta estratégia se constituiu no suprimento de uma parcela muito pequena de toda a necessidade de força de trabalho necessária ao manejo da atividade pastoril da grande estância. Mas havia ainda uma “carta na manga” dos proprietários, e esta era considerada a solução para o problema da falta de mão de obra. Esta solução viria das Missões.

Quando abordamos, anteriormente, a invasão das missões e a expulsão dos padres jesuítas pelas Coroas portuguesa e espanhola, relatamos apenas que o motivo principal estava vinculado a uma suposta ameaça que as missões representavam ao poder econômico e político das monarquias absolutistas ibéricas, pois os povos missioneiros já conseguiam alcançar um elevado grau de desenvolvimento e até mesmo certa autonomia em relação as coroas. Porém, neste momento, cabe a abordagem feita por Freitas (1980, p. 30) em relação a outro motivo pelo qual calhou a ocupação das missões pelos exércitos ibéricos: o fim da escassez de mão de obra para as estâncias.

A solução lógica seria o aproveitamento do grande reservatório de força de trabalho que eram as missões. O problema, no entanto, consistia em que os índios missioneiros não precisavam se assalariar, pois possuíam meios de produção e subsistência... Para que esta força de trabalho se submetesse ao trabalho assalariado e á exploração, tinha de ser separada e despojada de seus meios de produção... A ocupação das missões... como decorrência do Tratado de Madri... e a expulsão dos jesuítas (1767), desencadearam um rápido processo de degradação da estrutura missioneira. A partir de então os índios... vão perambular pelas estâncias... se assalariam para prover à simples subsistência... onde tinham assegurada a alimentação... recebendo algum salário.

Bem sucedida a estratégia dos proprietários, pois desta forma conseguiram a expropriação do índio missioneiro de seus meios de produção, e a conseqüente apropriação de sua força de trabalho e de seu gado, além de que muitos ficaram vagando sem trabalho e sem terra e muitas índias acabaram prostituindo-se a mercê das doenças venéreas, já que a força de trabalho nas lides da estância era prioritariamente masculina, salvo os cuidados com hortas, pomares e serviços domésticos.

1.3 O charque e a consolidação da elite pastoril

Neste subcapítulo procuramos mostrar a importância do charque para a rápida ascensão da classe proprietária e a agravação das assimetrias socioeconômicas. Além disso resgatamos o papel dos negros escravos no trabalho e nas lutas de interesse da elite pastoril.

1.3.1 Açorianos versus charqueadas

Não só os índios missioneiros encontraram dificuldade com o advento e fortalecimento da classe estancieira, outro estrato social que acabou praticamente “engolido” pelo poderio latifundiário foi o dos agricultores açorianos.

Os açorianos chegaram ao estado na metade do século XVII “a fim de povoar as missões, que pelo Tratado de Madri passariam a pertencer aos portugueses”. O principal objetivo desta colonização seria a consolidação de uma economia de subsistência - baseada, principalmente, na produção de trigo – para o abastecimento de tropas sediadas no Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1997, p. 16).

Vianna (1987, p. 83) retrata, no fragmento abaixo, um pouco da situação em que chegaram os primeiros casais de agricultores açorianos na região de Porto Alegre:

Dessa sociedade, assim tão profundamente agrícola, é que saíram os primeiros colonos europeus da Planície do Guaíba. Eram paupérrimos... na trouxa que carregavam às costas, traziam tudo o que possuíam. O governo lhes mandou dar, por isso, a cada casal, duas enxadas, um machado, um facão, uma foice, duas tesouras, uma serra, uma lima, um martelo e uma espingarda – o que prova que era tamanha a pobreza deles que não possuíam sequer os utensílios mais usuais da vida doméstica, nem os instrumentos mais elementares da lavoura.

Ao chegar, espalharam-se, ficando ao redor de “vinte anos sem receber as terras prometidas” pela coroa. A partir de 1764 começam a ser concedidas as denominadas “datas” (uma data era equivalente a 372 hectares), uma por casal. Assim, núcleos açorianos começam a surgir em Mostardas, São José do Norte, Taquari, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul, etc. (PESAVENTO, 1997).

O trigo chegou a expressar riqueza para alguns, aparecendo em grande volume nas exportações gaúchas a partir de 1780, porém a precariedade técnica e a falta de amparo governamental fragilizaram a produção, e em 1814 a doença da “ferrugem” destruiu os trigais rio-grandenses desestimulando novas plantações. Aliado a estes fatores, a pecuária encontrase em processo de transição. As estâncias passam de uma atividade mais primitiva para o

início de um processo de mercantilização da pecuária através do charque. O charque¹⁰ passa a ser muito lucrativo, pois não depende de flutuações da economia nacional – servindo de alimento para os escravos. Com isso a atividade charqueadora passa a ter certo apoio do governo (PESAVENTO, 1997).

O golpe final para os açorianos vem a partir do Tratado de Santo Ildefonso, entre as coroas ibéricas, em 1777, que previa a criação dos Campos Neutrais (entre a Lagoa Mangueira e a Lagoa Mirim e a Costa Marítima) separando as possessões dos dois países (PESAVENTO, 1997).

Esta “terra de ninguém” transformou-se logo numa área de intenso contrabando de gado, justamente numa época em que a pecuária se desenvolvia com o charque. Ocorreu então uma verdadeira corrida para a obtenção de sesmarias. Interessava à Coroa que fossem distribuídas terras nas áreas de jurisdição indecisa, além dos Campos Neutrais, para garantir a posse da área. De 1780 até 1801, aproximadamente, processou-se uma nova política de distribuição de terras... Açorianos foram expropriados de suas terras em favor dos pecuaristas. O charque rio-grandense, proporcionando riqueza, foi capaz de introduzir em grande escala o escravo no Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1997, p. 18).

Como podemos perceber, os açorianos também não escaparam do processo expropriatório ao qual foram submetidos pelos grandes proprietários na busca pelo poder, agora estampado no advento do charque.

1.3.2 O negro: sal, charque e escravidão

O charque proporciona uma melhor acumulação de capital por parte dos proprietários, as estâncias aos poucos vão aumentando os rebanhos de gado manso e aperfeiçoando algumas técnicas de manejo do gado, no entanto, para a confecção do charque surgem novas estruturas de produção, as charqueadas¹¹, também denominadas saladeiros.

Capitalizados, “estancieiros e saladeiristas”¹² (donos de saladeiros) passam a adquirir escravos negros, e estes passam a atuar em maior medida nas charqueadas, porém é encontrada a presença do negro nas estâncias pastoris. Nos saladeiros os escravos auxiliavam em todas as etapas da fabricação do charque, desde a sangria e carneação, passando pela salga

¹⁰ “Carne de gado bovino, salgada e seca, em mantas”. Etimologicamente a palavra advém do indígena “araucano *charqui*” ou do quíchua *charki*”, significando tassalho e também, seco” (NUNES & NUNES, 1984, p. 107).

¹¹ “Estabelecimento onde o gado é abatido para a fabricação do charque”. Também chamado de “saladeiro” (NUNES & NUNES, 1984, p. 107).

¹² Queremos deixar claro que existiam duas estruturas interdependentes, porém distintas. Para a grande estância cabia a função pastoril, de criação e engorde do gado, já para os saladeiros ou charqueadas a função era de abater os animais advindos das estâncias criadoras e confeccionar o charque.

das mantas de carne, até o processo de “secagem” da carne, onde era necessário cuidar o charque por vários dias. Trabalho bastante insalubre, em meio ao sangue (dos animais abatidos), ao sol e, principalmente, em contato permanente com o sal.

Freitas (1980) atenta para dois motivos pelos quais considera que era pouco utilizado o trabalho do negro escravo nas estâncias (exceto para cuidar de pequenas lavouras de subsistência e para trabalhos domésticos). Um dos motivos reside no fato de que usar um escravo para o trabalho de pastoreio (manejo do gado) dependeria de ter um supervisor, já que para estas lides no campo, o cavalo era indispensável e, por conseguinte poderia se tornar um instrumento de grande utilidade para as fugas pelas vastas pradarias do pampa, tornando deste modo, inviável a presença do negro nesta atividade.

Outra restrição ao trabalho escravo nas campereadas, expressadas pelo autor, se apresenta pela presença do trabalho dos índios e mestiços de índios nas estâncias. Esta mão de obra, apesar de assalariada, era formada por homens com grande habilidade e conhecimento das lides com o gado. Campeiros natos, estes autóctones acumulavam sabedoria de campo desde o ciclo da courama, repassando-a a cada geração. Assim, os

africanos não possuíam experiência técnica de trabalho pastoril. Não poderia haver nada mais antieconômico que a importação de um negro da África para submetê-lo a um prolongado adestramento. Nem se justificaria semelhante gasto de capital quando existia uma massa de trabalhadores dotados de experiência e tradição pastoris (FREITAS, 1980, p. 35).

Contudo Bernd e Bakos (1991) alertam para a presença de negros escravos ocupando cargos de peões campeiros nas grandes estâncias de gado. Essa constatação veio através de pesquisas em jornais do Rio Grande do Sul no século XIX. Estes jornais prestavam serviços de anúncios de fuga de escravos, e segundo as autoras “ muitos anúncios revelavam a atividade, na qual o escravo negro era especializado, comprovando a utilização da força de trabalho escrava no campo” como podemos constatar no fragmento a seguir:

Anúncio de Fuga

– Fugiram da nossa casa ontem à noite os escravos Portacio, pardo, quase branco; e Marcolino, preto, meio cabra, ambos campeiros e bolieiros.

Quem os prender, e nos entregar, ou me der notícias, pela qual se possa prendê-los será gratificado (*Jornal do Comércio, Porto Alegre, 15 abr. 1882* apud BERND e BAKOS, 1991, p. 44).

1.3.3 O negro, a guerra e o quilombo

Além do trabalho nos saladeiros e estâncias, o negro teve importante papel nas batalhas que envolveram o território rio-grandense. Citamos a chamada “Revolução Farroupilha” onde lutou para defender os interesses da elite rural gaúcha (estancieiros e saladeiristas), com a promessa da liberdade (alforria).

A Revolução Farroupilha durou dez anos (1835-1845), durante esse período os negros lutaram, em sua maioria, em um grupamento que ficou conhecido como “Lanceiros Negros”. A grande maioria foi morta durante a guerra, e após o Tratado de Ponche Verde (que acabou selando a paz entre Farrapos e Imperialistas) muitos dos Lanceiros que receberam alforria ficaram perambulando pelas pradarias, e na ausência de bens (principalmente de terra) não conseguiam reconstruir uma vida própria, acabando por retornar para suas estancias de origem em busca de trabalho e alimento. Outros acabaram indo para os quilombos, para se juntarem com os negros “fugidos” dos proprietários. Estes quilombos se formavam em zonas remotas, acidentadas, geralmente áreas marginais, de difícil acesso, que não eram aproveitadas pelas estâncias.

Bernd e Bakos (1991, p. 11) citam um conceito estipulado em 1740 pelo Rei de Portugal onde quilombo seria “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Se nos baseássemos nessa definição o Brasil seria praticamente “um conjunto de quilombos, uns maiores, outros menores, mas todos significativos para a compreensão de nossa história social” (Moura apud Bernd e Bakos, 1991, p. 11).

Nos quilombos, os negros passam a desenvolver agricultura de subsistência, artesanato, entre outras atividades, produzindo de forma comunitária em pequenas porções de terras geralmente inaptas para o pastejo; outra parte continua subordinada ao latifúndio, a mercê da exploração exercida pelo proprietário. Esta exploração não se resumia na utilização da força de trabalho em tarefas penosas como as do saladeiro, pois não eram raros os casos de violência sexual, praticada pelos “senhores da terra”, contra mulheres negras.

1.4 O alambrado e o sentido de “liberdade”: o “gaucho embretado”

O charque gaúcho abastecia todas as regiões com preponderância de trabalho escravo do Brasil. Capitalizados os estancieiros começam a introduzir algumas técnicas para domesticar e melhorar o rebanho vacum. Outras preocupações eram com a contenção do gado e com os limites das estâncias, que até o momento eram delimitadas, precariamente, utilizando-se formações naturais como cursos d’água, depressões, cerros e matos, além de marcos e taipas de pedra, facilitando a ação dos “*gauchos*” caçadores de gado, que vinham em busca do couro. Surge então, na década de setenta do século XIX, a grande modernização da pecuária para o período: o alambrado¹³.

Ficava o Pampa “cortado” com grandes extensões de cerca de arame, o gado sob maior supervisão (facilitando o manejo de animais aquerenciados) e o *gaucho*, autóctone das vastas pradarias, “embretado”.

Torronteguy (1994, p. 56) demonstra alguns impactos deixados pelo alambrado no cotidiano do homem nativo das pradarias pampianas:

o alambrado representa o fim dos campos abertos, livres para as correrias dos gaúchos nas eguadas, nas andanças sem rumo dos changueadores... nas rotas do comércio sem lei do contrabando de gado... O alambrado reformou os costumes sul-rio-grandenses. Invadiu dividindo os campos, invernadas, e fechando atalhos. O estancieiro ao cercar sua propriedade criou barreiras às camperizadas livres quando gaudérios e animais cruzavam as campinas e os currais. O gado amansou-se, as correrias pelo gado xucro e as cavalhadas terminaram. O alambrado... mais do que isso, representa o fim de uma situação social entendida como liberdade e o início de outra situação social mais identificada com a negação de tal liberdade pelo advento de uma sociedade estruturada em classes. O alambrado, na História dos sulinos, delimitou dois mundos: um, dos grandes proprietários, e outro, daqueles que ficaram do lado de fora dos campos cercados, os não-proprietários.

Concordamos que o alambrado trouxe muitas mudanças nos costumes dos rio-grandenses, porém salientamos que, em nosso entendimento, os “dois mundos” – proprietários e não-proprietários – citados pelo autor, já começavam a ser “delimitados” no processo de concessão de sesmarias promovido pela Coroa portuguesa, portanto o alambrado apenas simboliza a confirmação do processo de divisão de classes.

Sobre a mudança nos “costumes” da população pampiana, trazida pelo alambrado, Chonchou (1994) corrobora com a ideia de Torronteguy:

¹³ “Aramado. Cerca feita de arame para manter o gado nas invernadas ou poteiros. O campo cercado, não só por arame mas também por cerca de pedra ou outro qualquer tapume. É vocábulo de origem platina” (NUNES & NUNES, 1984, p. 23).

Los miles de kilómetros de alambre... que se instalan en las estancias de la pampa en la segunda mitad del siglo XIX, separaron al gaucho de su modo de vida tradicional y facilitaron el control sobre la tierra por parte de los propietarios. Con el alambrado cambió asimismo las modalidades de las faenas rurales y hasta las costumbres. Cesaron las rondas nocturnas para impedir la dispersión del ganado y la obligación de dar rodeo para apartar los animales de marca distinta (CHONCHOL, 1994, p. 137).

1.5 A modernização da pecuária: supressão da mão de obra e surgimento dos rincões

Concomitantemente com o advento do alambrado, novas raças de gado são introduzidas. As práticas de modernização da estância acabam gerando custos e diminuindo a intensidade de mão de obra. Este fato ocasiona um profundo impacto: a supressão da mão de obra.

Toda a mão de obra excedente passa a ser dispensada pelos proprietários; restando na estância apenas o capataz¹⁴ e alguns poucos peões – submetidos a uma redução no salário - que se encarregavam do gado. Perde-se a necessidade de grande contingente de campeiros¹⁵ para as lides pastoris; ocupações, como a do posteiro¹⁶, acabam perdendo suas funções.

En pequeños lugares baldíos entre las estancias surgieron pequeños caseríos donde se instalaron los antiguos gauchos y moradores expulsados de aquellas. Allí desarrollaron una pequeña agricultura de subsistencia. Los que tenían algún oficio (domadores de caballos, esquiladores de ovejas, arreadores de ganado) eran contratados periódicamente por las estancias vecinas, cuando necesitaban sus servicios; los demás vivían en forma miserable. También en las vecindades de las estancias se establecieron los *chinedos*: caseríos de prostitutas donde los peones regularmente iban a gastar su pobre salario (CHONCHOL, 1994, p. 153)¹⁷.

Porém o processo de modernização da produção pecuária não ocorreu apenas no âmbito pastoril. O surgimento da indústria frigorífica, em meados do século XX, põe fim ao

¹⁴ Indivíduo com maior poder de mando após o patrão dono da estância. Nunes & Nunes (1984, p. 90) o definem como “administrador de uma estância ou de uma charqueada ou ainda o responsável pela condução de uma tropa. Pessoa que, nas lides pastoris, é incumbida de chefiar o pessoal”.

¹⁵ “Pessoa que executa com habilidade os serviços de campo, que monta bem, que vive e trabalha no campo, que entende de tudo o que se relaciona com a criação de gado... O campeiro do Sul equivale ao vaqueiro do Norte” (NUNES & NUNES, 1984, p. 85).

¹⁶ “... figura indispensável ao serviço de vigilância sobre o gado. Morando na periferia da propriedade rural, em pontos nevralgicos – passos e encruzilhadas -, ele fiscaliza o trânsito dos animais, cuida dos tapumes, trata de substituir o olhar do dono, multiplicando-se, onipresente, pelo campo afora” (CESAR, 2005, p. 113).

“A sujeição desta classe de serviços ao senhor da estância... era tal, que ao simples direito de morar nas terras, sob a condição de cuidar as divisas ou limites da propriedade, correspondia mais a obrigação de auxiliar os trabalhos de safra na fazenda... e de integrar, em ocasiões especiais... importantes lidas da vida campeira” (D’AVILA, 1969, p. 38).

¹⁷ É sabido que muitas comunidades quilombolas surgidas no pampa acabaram sendo designadas de Rincões, como é o caso do Rincão do Inferno, situado em Bagé. Além disso, é de nosso interesse elucidar outros processos que levaram ao surgimento destes pequenos povoados denominados Rincões. Sendo assim, a ideia passada por Chonchou no trecho acima, nos parece bastante significativa para tal contexto.

predomínio do poder pastoril e saladeirista. Os frigoríficos eram organizados pelo capital estrangeiro, tornando-se estruturas modernas e, em poucos anos já dominavam o mercado de carne. O charque subsistiu por algum tempo, mas foi sendo sucumbido pelo predomínio da carne frigorificada.

A indústria frigorífica avança ao mesmo tempo em que é beneficiada pela expansão dos meios de transportes, principalmente a estrada férrea. Assim o frigorífico passa a demandar, segundo Chonchol (1994, p. 154), de grande quantidade de gado, obrigando a uma transição de uma pecuária extensiva para uma criação intensiva. Esta mudança representou gastos consideráveis, pois a mão de obra qualificada, numerosa e assalariada passa a ser indispensável, e poucos estancieiros podiam assumir estes custos.

Deste modo, as estâncias tradicionais extensivas, adotaram varias estratégias para sobreviverem em meio ao novo contexto. Os mais capitalizados, porém conservadores, buscaram a solução mais conveniente: adquirir mais terras para produzir mais gado no mesmo molde extensivo. Outros estancieiros arrendaram¹⁸ uma parte de suas terras a agricultores advindos das regiões de colonização europeia, assim – com recursos obtidos do arrendamento – passaram a produzir nas áreas não arrendadas de forma mais tecnificada e intensiva (CHONCHOL, 1994). Uma parte ainda arrendou ou vendeu totalmente suas terras passando a residir nos centros urbanos, engendrando o chamado absenteísmo - abandono dos campos e da produção (PESAVENTO, 1980).

Desta forma, muitas estâncias não acompanham o processo de modernização ditado pela indústria frigorífica, ficando estagnadas economicamente, o que leva as mesmas a dispensarem muitos trabalhadores campeiros, aumentando os contingentes de habitantes as margens das estâncias (nos Rincões).

1.6 O contexto contemporâneo

Neste subitem trazemos aos olhos “novos” atores que se encontram inseridos na atualidade pampiana. Procuramos identificar e analisar a presença do agronegócio e do capital cerealista no pampa, bem como a expansão das áreas de reflorestamento e dos assentamentos da reforma agrária, além da visibilidade da agricultura e pecuária familiar.

¹⁸ “Num e noutro caso – permanecendo enquanto atividade pecuária ou transferindo-se para a agricultura – ou ainda realizando as duas formas ao mesmo tempo, o arrendamento, por um lado, proporciona o melhor aproveitamento da terra e de sua produtividade. Neste caso, constitui-se num fator de impulso ao capitalismo no campo. Por outro lado, apresenta um aspecto conservador, na medida em que a propriedade da terra em si não mudou, conservando-se nas mãos do latifundiário” (PESAVENTO, 1980, p. 74).

1.6.1 A expansão do agronegócio na metade sul

O processo de colonização da metade norte do Estado (principalmente por italianos e alemães) ocorreu nos moldes de pequenos lotes de terra, favorecendo uma agricultura baseada no controle familiar. Ocorreu, diferentemente da metade sul, um processo de intensificação e diversificação da produção, impulsionando o desenvolvimento econômico baseado na lavoura cerealista. Trigo, milho e soja dominam a área plantada nesta região, com considerável predominância da soja, devido aos avanços técnicos nas lavouras e ao preço atrativo. Com o setor agrícola organizado e articulado com a indústria local e ostentando os melhores índices econômicos do estado, a metade norte sempre foi considerada a parcela rica do estado, restando à metade sul o rotulo de “irmão pobre”.

Ocorre que o processo acelerado de crescimento e desenvolvimento técnico da produção cerealista, acabou gerando recentemente um colapso espacial, ou seja, com a expansão do capital cerealista, áreas agricultáveis, e até mesmo não agricultáveis, tornaram-se mais caras e escassas.

Buscando saídas para este empasse, setores agroindustriais e grandes produtores do da metade “rica”, encontraram no “irmão pobre” a solução para a expansão de suas lavouras. Com o pretexto estratégico calcado nos índices da metade sul, os quais traduzem um processo de estagnação econômica, juntamente com o argumento da estrutura fundiária baseada no latifúndio de pecuária extensiva tradicional de baixa capacidade produtiva e pouco aproveitamento da terra, o capital cerealista não demorou a se introduzir no pampa gaúcho. Aliado aos argumentos acima, apareciam estancieiros em condições econômicas desfavoráveis, interessados em arrendar ou até mesmo vender suas propriedades, o que engendrou certa queda no valor das terras nesta região.

Na tabela 01 podemos verificar o efeito do capital cerealista na região do pampa (aqui mais especificamente na região denominada pelo IBGE de Campanha Central¹⁹).

¹⁹ Segundo o IBGE, a microrregião é formada pelos municípios de Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel. Além disso, é a microrregião em questão no nosso estudo.

Tabela 01 - Área plantada – Lavoura Temporária – Campanha Central/RS

Microrregião Geográfica = Campanha Central - RS					
Área plantada (Hectares)					
Lavoura temporária	Ano				
	1990	1995	2000	2005	2010
Arroz (em casca)	28.580	61.500	65.977	63.824	67.710
Milho (em grão)	13.000	12.500	11.700	12.000	7.150
Soja (em grão)	37.000	25.240	29.840	106.500	102.000
Trigo (em grão)	7.835	-	1.700	3.950	7.145

. Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2010.

Percebe-se que os cultivos de trigo e milho além de pouca participação, ainda sofreram certa redução em sua área plantada, o que pode ser explicado pelo preço pouco atrativo. Já para a cultura do arroz, detecta-se um salto na área plantada a partir da segunda metade da década de noventa, ficando estabilizada nos anos posteriores, principalmente pela escassez de áreas de várzea agricultável. A lavoura de soja por sua vez, aparece com sua área de cultivo triplicada em vinte anos, mostrando o grande interesse obtido por esta cultura, já que a mesma encontra-se em processo de avanços técnicos e preços atrativos devido sua importância como *commoditie* no mercado exportador brasileiro.

No entanto, o interesse pelo território pampiano não fica restrito ao capital cerealista advindo da metade norte do estado; grande quantidade de capital estrangeiro, somados com incentivos estatais, estão sendo largamente introduzidos na metade sul com o advento da produção de madeira para a indústria de celulose. Com argumentos parecidos com os dos cerealistas da metade norte e com a promessa de trazer o “desenvolvimento” para a região, principiam no pampa inúmeras áreas de “reflorestamento²⁰”. O pampa com seu vasto território, passa a ser uma espécie de “reserva” de terras a serem exploradas.

O processo de avanço do cultivo de eucalipto no Rio Grande Do Sul para produção de celulose é apresentado na tabela 02.

²⁰ Palavra, em nosso entendimento, no mínimo indevida para uma região onde predominam histórica e naturalmente as pradarias ou campos sulinos e não áreas desmatadas.

Tabela 02 - Evolução da área de florestas plantadas com eucalipto no RS (2004-2008)

Evolução da área de florestas plantadas com eucalipto no RS (2004-2008)				
Área plantada (Hectares)				
Ano				
2004	2005	2006	2007	2008
322.455	364.770	365.623	404.623	450.480

Fonte: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), 2008.

Como podemos observar em 2004 o Estado já contava com mais de 322 mil hectares ocupados com eucalipto, sem contar outras espécies como o pinus e a acácia. De 2004 a 2008 verifica-se um aumento de mais de 100 mil hectares de eucalipto plantado; este plantio em grande medida foi realizado na metade sul.

Com a introdução da soja e eucalipto, observamos mudanças na paisagem pampiana, mas conseguimos vislumbrar poucas mudanças positivas no panorama socioeconômico da região. A estrutura fundiária permanece praticamente inalterada, e em alguns casos houve até um certo aumento na concentração de terras nas áreas com estas culturas. Concomitantemente, nos últimos anos, muitas cidades da região da Campanha tiveram sua população reduzida, pois o êxodo não se resume só às zonas rurais, agora convivemos com a migração de pessoas, em busca de emprego, para grandes centros urbanos do Estado.

Após o avanço destas culturas, outro debate entre em cena. Ambientalistas e pesquisadores, em vários trabalhos, chamam atenção para a fragilidade do Bioma Pampa, alertando para a incompatibilidade entre estes cultivos e o Bioma. Vários impactos ambientais começam a surgir - grandes erosões, processos de arenização e degradação de fauna e flora, sugerem que os monocultivos são os grandes vilões. Ao mesmo tempo (em menor escala) novos cultivos ditos “mais sustentáveis” como a vitivinicultura e a citricultura também aparecem, porém geralmente são empreendimentos empresariais com investimentos advindos de outras regiões.

1.6.2 Reforma agrária e agricultura familiar no pampa

Dentro deste debate complexo no pampa, onde aparecem evidenciados o latifúndio, o monocultivo da soja, os grandes empreendimentos do setor florestal e as questões ambientais, surgem novos atores: os movimentos sociais e o INCRA.

Não é nosso objetivo desvendar todas as “bandeiras” defendidas pelos movimentos sociais, no entanto a principal ideia defendida pelo “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST) na metade sul, reside no fato de que tanto o latifúndio improdutivo, quanto os grandes empreendimentos de monocultivo, são nocivos à sociedade, pois concentram os meios de produção e a riqueza. Em contrapartida, a distribuição de terras para a produção diversificada em sistema familiar é entendida como geradora de inclusão social e desenvolvimento.

A partir da entrada do MST na pauta da metade sul, surgem abruptamente – com apoio governamental – inúmeros assentamentos da reforma agrária, decorrentes de grandes desapropriações de estâncias e compras de terras.

Os dados de Navarro (1999 apud ALVES et al., 2007), comprovam a tendência de deslocamento do processo de reforma agrária para a metade sul. Segundo o autor do ano de 1992 até agosto de 1997 formaram-se 54 assentamentos no Estado, sendo que deste total, 40 são da região da Campanha. Pegando por referência o período de 1996 a 1997, os números são ainda mais expressivos, de 33 novos assentamentos 31 surgiram na referida região.

Mesmo com o crescimento dos assentamentos e com a ênfase governamental na agricultura familiar, o senso comum ainda prende-se ao mito de que na metade sul só existem grandes propriedades, pensamento que pode ter gerado uma certa invisibilidade dos pequenos proprietários da região, ocasionando a falta de reconhecimento destes pela sociedade e a consequente falta de investimentos por parte do poder público.

Pela tabela 03 fica evidente que o mito gerado sustenta-se pela gritante porcentagem de área detida pelos proprietários não familiares, mas quando falamos em número de estabelecimentos, aqueles de caráter familiar somam dois terços do total.

Tabela 03 - Número e Área dos estabelecimentos agropecuários (familiar e não familiar) na Campanha Central – RS.

Número e Área dos estabelecimentos agropecuários (fam. e não fam.) na Campanha Central - RS – Ano 2006.				
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Total	6.426	100,00	1.419.628	100,00
Não familiar	2.334	36,32	1.302.293	91,73
Agricultura familiar	4.092	63,68	117.334	8,27

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Fica evidente nos dados apresentados acima que a concentração de terras é o grande “tendão de Aquiles” da metade sul, onde mais de 90% da área pertence a pouco mais de 36% dos estabelecimentos, no entanto fica clara também a predominância (em número) dos estabelecimentos de caráter familiar (mais de 63%).

Aparece mais recentemente, evidenciado em estudos acadêmicos, a figura do “pecuarista familiar” como importante ator pertencente ao segmento dos pequenos proprietários.

A pecuária familiar, na maioria dos casos, encontra-se entremeada às unidades de produção maiores, próximas ao que se denomina de estâncias e distribuídas em todos os municípios da Campanha. Essa é uma característica da região que acaba dificultando a identificação da categoria social, de modo a não se dar tanta importância à mesma e/ou não reconhecer sua existência. Entretanto, grande parte dos produtores vive em unidades de produção constituídas de pouca dimensão física (terra), utiliza mão de obra essencialmente familiar e tem na pecuária de corte uma fração de sua fonte de renda. Ainda assim, essas localidades identificadas apresentam diferenças entre si, ou seja, as variações ambientais fazem com que existam tipos distintos de pecuaristas familiares. As lógicas de produção e a base das atividades produtivas são similares, porém os recursos, as produções, os aspectos de comercialização, o acesso às informações, bem como os anseios e expectativas variam (Porto *et al*, 2010, p. 486).

Sejam agricultores familiares assentados ou pecuaristas familiares, estes dois segmentos sociais comungam ao menos do acesso ao principal meio de produção: a terra. Sendo em maiores ou menores áreas, são chamados agricultores familiares por conseguirem retirar a maior parte da renda familiar da terra que cultivam ou criam (seja arrendada, própria, etc.). No entanto, neste trabalho buscamos trazer aos olhos da sociedade uma outra parcela da população pampiana que vive ocultada entre os alambrados das estâncias, subordinada a ela, servindo estrategicamente a ela, vivendo em ínfima porção de terra (minifúndios) incapaz de gerar reprodução social pelo advento da produção própria e, mesmo envelhecida e esquecida pelo poder público, resiste, nos “fundões de campo”, as pressões do mundo globalizado. Esta população referida é aquela que compõe os Rincões do pampa.

Até o momento nossa análise buscou refletir que a história de formação do território rio-grandense, confunde-se com um longo e contínuo processo de exclusão e privação do acesso aos meios de produção. Índios, negros, mestiços, entre outros, foram paulatinamente sendo expropriados e explorados em nome do poder pastoril, formando contingentes que ao longo do tempo deixaram sua descendência, hoje alocada em grande parte, nas periferias urbanas, ou sobrevivendo nos Rincões.

1.7 Rincões do pampa: surgimento e permanência

No presente subcapítulo buscamos elucidar, no nosso entendimento, os possíveis fatos e/ou processos que podem ter originado os rincões, além da tentativa de uma aberta e breve reflexão sobre os destinos destas comunidades.

1.7.1 Possíveis origens

Partindo de um processo de invisibilidade, fica complexo desvendar os caminhos que apontam para a origem dos rincões, principalmente os que foram surgindo ao longo do tempo nas regiões mais isoladas do pampa – como no caso deste estudo -, escondidos em meio as vastas pradarias latifundiárias das estâncias. O que podemos afirmar é que nestes pequenos núcleos populacionais estão concentradas populações oriundas do processo desigual de formação do território pampiano, e suas origens podem apontar para várias vertentes, porém sempre atreladas a uma principal, os interesses da elite pastoril.

Podemos buscar a origem dos rincões nos antigos “posteiros” citados anteriormente, os quais eram os guardiões das divisas das grandes estâncias, e nestas divisas assentavam suas pequenas moradias, prestando o serviço de vigia do gado contra os saqueadores, além do auxílio em certos serviços de manejo do gado. Eram meros moradores desprovidos de terra que prestavam esses serviços aos estancieiros e habitavam as zonas mais ermas das estâncias.

Outra possibilidade pode vir da cedência ou doação de pequenas áreas de terra feita por proprietários, para agregados e empregados de sua confiança, para que estes pudessem produzir suas subsistências e ao mesmo que serviam de mão de obra nas mais diversas ocupações da estância. Estes agregados acabavam por aumentar suas famílias, ocasionando a formação de pequenos povoados.

Ainda temos o processo de supressão da mão de obra permanente nas estâncias – e esta, a nosso ver, seria a principal causa da formação dos rincões no pampa. Esta supressão ocorreu de duas formas distintas: uma parcela de trabalhadores foi descartada daquelas estâncias que se adequaram ao processo de modernização, introduzindo técnicas que substituíram, em grande medida, a necessidade de mão de obra permanente. Uma outra parcela de mão de obra foi subtraída das estâncias que não se inseriram no processo de modernização e não conseguiram manter um nível econômico satisfatório, entrando em decadência e tendo que liberar parte de seus trabalhadores assalariados permanentes. Destes dois contextos surge um grande contingente de trabalhadores com habilidade pastoris, que

acabaram ocupando as zonas mais remotas e de áreas acidentadas, com menor importância para a atividade pastoril, dentro dos limites da estância. Nestas zonas assentavam moradias rudimentares e sobreviviam de atividades de subsistência e de trabalhos eventuais (temporários) nas estâncias vizinhas.

É importante salientar que, na maioria das vezes, esta ocupação nas zonas marginais das estâncias, se dava estrategicamente por consenso do proprietário, já que o mesmo tinha a disposição mão de obra temporária e barata nos arredores. O uso deste tipo de mão de obra tornou-se estratégico para a elite pastoril, sendo que não havia vínculo salarial contínuo, os serviços eram solicitados somente em épocas de maior necessidade (picos de trabalho) e o pagamento era bastante reduzido devido a grande oferta, muitas vezes trabalhava-se pelo próprio alimento. Este contingente de trabalhadores temporários eram designados (como já visto) de “changueiros”.

Outro processo que se confunde com a formação dos rincões é o surgimento das comunidades quilombolas. Também historicamente invisíveis, e muitas vezes denominadas de rincões, apresentam uma trajetória de formação distinta. Grande parte das comunidades quilombolas hoje reconhecidas trazem na bagagem de sua formação uma história de luta e resistência ao escravismo e a exploração. Sendo assim, os primeiros quilombos do pampa surgem da busca pela liberdade, quando os primeiros negros começam a alcançar sua liberdade através das fugas das charqueadas e do trabalho escravo. Estes pioneiros, depois das fugas, começaram a ocupar locais ermos, de difícil acesso e desabitados. Nestes locais, estratégicos para que não fossem recapturados por seus donos, sobreviviam de pequenas criações e cultivos de subsistência. Nestes quilombos, aspectos da cultura africana conseguiram resistir sem a interferência direta de outras etnias.

Contudo, muitas destas comunidades surgiram do interesse pastoril. Logo após a Lei Áurea – e em alguns locais, até mesmo antes – muitos proprietários concederam aos seus escravos, de forma estratégica, uma pequena área para que estes pudessem viver agrupados e mantendo atividades de subsistência, com o verdadeiro interesse de utilizar a mão de obra, dos escravos livres, quando necessária nas atividades pastoris e das charqueadas. Este processo engendrava uma falsa autonomia aos negros libertos, que acabavam por seguir na rotina do trabalho em prol dos seus “senhores”.

Além das apresentadas neste trabalho, muitas outras hipóteses podem contribuir para explicar a origem destas comunidades, além disso, estas hipóteses podem atuar isoladas ou em conjunto nesta construção. Contudo, podemos observar que a formação destes núcleos populacionais (rincões e comunidades quilombolas) sempre foi ditada pelas transformações

das grandes estâncias e charqueadas. Seja em momentos de evolução ou decadência; direta ou indiretamente, foi a elite pastoril com suas flutuações e estratégias, a grande responsável pelo surgimento destas populações. Este contingente alheio ao processo de distribuição das terras e da riqueza, mas que ao mesmo tempo, tornava-se o grande sustentáculo para a legitimação da própria elite responsável por sua formação.

1.7.2 Permanência ou sucumbência?

Esta reflexão terá destaque mais detalhado adiante, em outro capítulo, onde entraremos com a análise dos dados colhidos em nossa pesquisa (e também nas nossas considerações finais). Porém, a “vistas grossas”, é possível inferir sobre possíveis destinos destas comunidades pampianas. Analisando inicialmente o principal fator de produção, a terra, é sabido que estas comunidades são formadas por minifúndios, porções de terras incapazes de permitir a reprodução social de uma família apenas com frutos da sua terra. Neste sentido, grande parte destas comunidades acabaram perdendo seus jovens para os centros urbanos, comprometendo, desta forma, o processo de sucessão e, deste modo, abrigando residentes com avançada idade (casais de idosos) e em muitos casos, estes (por restrições físicas) não conseguem dispor da sua principal ferramenta de sustento: a mão de obra oferecida para as estâncias. Nestes casos a aposentadoria é o único suporte da permanência.

Em outras comunidades conseguimos encontrar população em idade economicamente ativa, sobrevivendo basicamente de pequenas criações e cultivos de subsistência e vendendo a mão de obra (geralmente temporária) nas estâncias lindeiras.

Se somarmos às condições acima citadas com o fato do isolamento em que muitas dessas populações vivem, da restrição de infraestrutura básica como estradas trafegáveis, escolas, postos de saúde, entre outros serviços públicos, somos induzidos a pensar sobre um iminente processo de desaparecimento destes pequenos povoados.

Outro aspecto concentra-se no fato de que estas comunidades pampianas permaneceram historicamente circundadas de pradarias, gado e estâncias, imprimindo uma identidade peculiar ao seu ambiente social, econômico, histórico e agroecológico que acabaram por ditar suas práticas, costumes e cultura. Neste estudo buscamos uma caracterização de dois rincões do pampa atentando para aspectos socioeconômicos que podem nos fornecer alguns indicativos, mas, de forma alguma, respostas convictas sobre os destinos destas populações. A pergunta deste subcapítulo – “permanência ou sucumbência”? – fica apenas a critério de provocação para novas reflexões que consigam abarcar não somente os

aspectos que abordamos neste trabalho, mas que também, conjuguem uma análise dos elementos subjetivos que acabam por definir grande parte das decisões e caminhos a seguir pelos indivíduos e pelo coletivo, aspectos como espiritualidade, apego ao lugar de origem, relações com o ambiente social e natural, resignação, entre outros.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por tratar-se de um estudo de caso envolvendo duas comunidades, buscamos conjugar nossa pesquisa com as ferramentas que entendemos que são as mais adequadas para atingir nossos objetivos. No primeiro momento (capítulo 01) buscamos traçar uma trajetória histórica da formação do território rio-grandense, através de revisão bibliográfica, apontando para as possíveis origens dos rincões, além da utilização de dados secundários para a análise do contexto atual da região em estudo (geral). No segundo momento realizamos a pesquisa de campo utilizando questionário (em nível de família), roteiro de entrevistas (informantes-chaves) e observações a campo. No terceiro e último momento, de posse dos dados de campo, passamos a fazer nossa análise, atentando para os objetivos propostos.

2.1 O Estudo de Caso

A compreensão das diferenciações de um determinado espaço/local assume, cada vez mais, um papel fundamental na elaboração de estratégias de desenvolvimento local, pois cada lugar possui sua dinâmica, ou seja, uma peculiaridade.

Para melhor contemplar os objetivos do estudo, optamos pelo estudo de caso. Becker (1993), coloca que o “estudo de caso” vem de uma tradição de estudos médicos, onde supõe-se, por exemplo, que pode-se adquirir conhecimento de uma determinada patologia a partir da exploração intensa de um único caso ou indivíduo. Contudo, o autor complementa que “o caso estudado em ciências sociais é tipicamente não o de um indivíduo, mas sim de uma organização ou comunidade (BECKER, 1993, p. 117).

2.2 As ferramentas utilizadas

Dentro dos procedimentos do trabalho, foram previstas duas revisões bibliográficas: a primeira permitiu uma reflexão das consequências históricas da forma de ocupação do território rio-grandense (capítulo 01); a segunda trouxe subsídios sobre as algumas ocupações, do presente e do passado, encontradas no pampa (capítulo 04). O trabalho de campo (coleta de dados) contou com a técnica de entrevistas semi-estruturadas (roteiro de perguntas e gravador) com informantes-chaves (estancieiro e moradores antigos dos rincões em estudo),

questionário (aplicado em todas as famílias) além de observações apontadas em diário de campo.

De posse dos dados, foi executada a etapa de análise e interpretação á luz dos referenciais teóricos adotados (MINAYO et al., 2010).

2.2.1 A revisão de literatura

No capítulo um (01) buscamos através da revisão da literatura traçar uma linha de tempo que permitisse o entendimento mais crítico sobre o processo de ocupação e formação do território rio-grandense. Julgamos que esta revisão seria a ferramenta mais adequada para elucidar as possíveis origens dos rincões e da população que os habitam.

Quando escolhemos por trabalhar com estas populações, tínhamos claro que era preciso, antes de estudar *in loco*, entender o processo de formação destes povoados, ou seja, buscar, de forma mais genérica, os processos históricos que contribuíram para o surgimento destas comunidades. Esta revisão da história colaborou para a investigação a campo, nos fornecendo pistas à medida que era confrontada com as falas dos informantes chave. Desta forma conseguimos construir, para cada rincão estudado, uma breve história de sua formação as quais serão abordadas no próximo capítulo, onde foi analisado mais detalhadamente cada caso.

No capítulo 04 a revisão da bibliografia teve-se em buscar informações sobre as ocupações que fizeram ou fazem parte da dinâmica do trabalho no pampa, colaborando assim para o entendimento das atividades (temporárias ou permanentes) realizadas, por muitas das famílias dos rincões estudados, nas estâncias vizinhas.

2.2.2 Os dados secundários

No primeiro momento (capítulo um) os dados secundários foram importantes para uma caracterização mais geral da metade sul e especificamente da microrregião Campanha Central (IBGE, 2010). Trouxe-nos, através de números, uma reflexão sobre uma mudança no panorama socioeconômico nessas regiões, sobretudo com a rápida ascensão do agronegócio, com o aumento expressivo das áreas com lavouras de grãos, como a soja, e a expansão das áreas de reflorestamento. Além disso, os dados mostraram a rápida ampliação no número de assentamentos da reforma agrária nesta região e ainda o expressivo número de

estabelecimentos rurais familiares, contribuindo, neste somatório de informações, para o melhor conhecimento do contexto atual da região em questão.

Num segundo momento (capítulo dois) buscamos dados secundários que permitiram uma caracterização socioeconômica mais específica do município de Rosário do Sul, o qual está concentrado no nosso estudo.

2.2.3 O questionário

O contato com o local do estudo se deu em três momentos: o primeiro por conta do trabalho de campo proposto em uma disciplina do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria em 2008, quando foi despertado o interesse pela presente pesquisa. Os dois outros momentos se deram no mês de janeiro do ano de 2012 quando foram coletados os dados de campo.

A aplicação do questionário abrangeu a totalidade das residências dos dois rincões (nove no Rincão dos Mendes e seis no Rincão da Chirca). O conteúdo investigado foi dividido em cinco blocos. No primeiro bloco o objetivo foi construir um breve retrato da estrutura fundiária do rincão, buscando informações sobre o tamanho de área por família e a condição da posse (própria, arrendada, etc.). No segundo bloco buscou-se a caracterização das famílias, atentando para aspectos como: número de famílias por rincão, número de pessoas por família, sexo, faixa etária, escolaridade, etc. No terceiro bloco foram privilegiadas as informações, para a caracterização das atividades produtivas de cada família, tais como: número de espécies animais e vegetais produzidas, produção animal e vegetal vendida e consumida (produto bruto - PB), produtos da transformação caseira, etc. No quarto bloco buscou-se a caracterização das ocupações fora da unidade de produção agrícola (UPA) e outras rendas, atentando-se para os tipos de atividades permanentes e temporárias e seus respectivos ganhos, número de integrantes por família com atividades fora da UPA e presença de outros benefícios (aposentadoria, pensão e bolsa família). No quinto e último bloco o objetivo foi detectar as representações dos entrevistados sobre o rural, onde buscou-se identificar, através de perguntas, o grau de satisfação das pessoas em relação ao rural, as perspectivas para o futuro, a possibilidade de sucessão rural, etc.

2.2.4 O roteiro de entrevistas e a observação

O principal objetivo do nosso roteiro de entrevistas foi, através dos informantes chaves, concentrar informações que ajudassem na compreensão do panorama histórico, socioeconômico e ambiental do local do estudo, atentando, principalmente, para o processo de formação e ocupação dos dois rincões em questão. Foram consultados três informantes chave: um estancieiro tradicional da região e dois moradores mais antigos (um de cada rincão), os quais puderam nos fornecer inúmeras informações relevantes sobre questões fundiárias, produtivas, sociais e históricas. Apesar das entrevistas seguirem um roteiro, abdicamos de um controle mais rígido, deixando que as “conversas” se tornassem mais abertas e livres, ocasionando o enriquecimento das informações. A isto, aliamos nossas observações a campo, as quais puderam revelar questões pouco esclarecidas nos questionários, além de permitir uma caracterização agroecológica (relevo, vegetação, animais silvestres, mananciais) da região e dos rincões em estudo. Também aspectos complementares como comportamento e características físicas das pessoas, características das residências, presença de animais silvestres, ausência de serviços básicos (saúde, educação, água e saneamento básico e transporte) e isolamento em relação aos centros urbanos.

2.3 A caracterização da região em questão: do macro para o micro

Este subcapítulo busca caracterizar de forma abreviada a região em estudo, buscando aspectos socioeconômicos e agroecológicos do Bioma Pampa (macro) até chegarmos aos rincões (micro), objetos do nosso estudo.

O local da pesquisa (Rincão dos Mendes e Rincão da Chirca) está situado na região do pampa gaúcho, no município de Rosário do Sul/RS (distrito de São Carlos), dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, junto a Serra do Caverá.

2.3.1 O Pampa: uma breve caracterização

Pampa é uma palavra da língua *Quíchua* – tribo indígena da América do Sul – que significa campo aberto, planura, savana (NUNES & NUNES, 1984, p. 345), e por estas condições de campo plano e vasto, aliado a presença de espécies naturais de gramíneas de alto potencial forrageiro, tornou-se naturalmente uma região apta a criação do gado. No capítulo anterior já resgatamos o processo histórico de ocupação do território rio-grandense, o qual

A metade sul do Estado, a qual abarca quase totalidade do pampa gaúcho, historicamente foi tratada como a metade “pobre” do estado em comparações com a metade norte, considerada “rica”. Sempre foram utilizados os argumentos da dinâmica produtiva, onde o agronegócio, consolidado e articulado com o setor industrial, seria o grande responsável pelos elevados índices de desenvolvimento econômico e social da grande maioria dos municípios da metade norte, em relação às unidades federativas da região pampiana. Neste sentido, o setor cerealista do norte do estado acabou por vender a ideia, principalmente nas últimas duas décadas, de que a introdução do capital cerealista e do agronegócio seriam os promotores de “desenvolvimento” para o pampa. Esta ideia era baseada principalmente nos interesses das grandes empresas do setor de grãos e insumos agrícolas, que estavam sofrendo com o problema de falta de terras para a expansão de suas lavouras, visto que já eram escassas e caras as áreas agricultáveis do norte do estado. Deste modo o pampa se apresentaria como a solução a estes entraves, com a abundância de vastas áreas, só utilizadas até então com pecuária extensiva.

De fato, como é sabido, o agronegócio teve alta expansão nas últimas duas décadas em território pampiano, porém o advento do desenvolvimento ainda é esperado. O agronegócio se expande ao mesmo tempo em que muitos municípios pampianos retraem-se economicamente, encolhendo, inclusive, suas populações, principalmente as rurais, acentuando o processo de envelhecimento dos habitantes e comprometendo a sucessão rural. Fica a indagação sobre a capacidade do agronegócio em gerar desenvolvimento social e econômico com equidade e sustentabilidade.

A herança do “desenvolvimento” não foi constatada, porém outros legados foram deixados pelo agronegócio. Estima-se que dos 178.000 km² totais do bioma, restam apenas 35,89% de área com vegetação original e 9,99% referente ao corpo d’água, sendo que 54,12% da área já teve sua vegetação nativa suprimida (MMA, 2009). Uma péssima herança para uma região com grande fragilidade ecológica, que atenta grandes esforços para a manutenção de sua maior riqueza geradora de desenvolvimento: a sua diversidade socioambiental.

Por outro lado, a presença das grandes estâncias de gado, aliada a uma certa uniformidade na paisagem, acaba por transmitir uma falsa sensação de uniformidade social, induzindo a pensar que o pampa é exclusividade de uma elite pastoril. Na verdade o pampa é bastante plural, abrigando uma diversidade de outros atores sociais, como os pequenos agricultores e pecuaristas familiares, os trabalhadores rurais, moradores aposentados, comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas), rincões, entre outros. Abriga ainda, uma população bastante miscigenada, em sua maioria, trazendo traços ibéricos com as feições

autóctones das populações indígenas, além da contribuição, mais tardia, do negro. Esta miscigenação aliada ao ambiente campestre, a atividade pecuária e aos constantes conflitos pela divisão do território, forjou um tipo social peculiar ao pampa: o *gaúcho*.

A nível de conclusão, o Bioma Pampa

é formado por um mosaico de áreas campestres, matas de galeria, areais, banhados (alagadiços), capões de mata nativa, cerros testemunhos, serras, áreas de recarga e ou de descarga de aquíferos subterrâneos, matas aluviais, rios e sangas, afloramentos rochosos, entre outras particularidades resultantes da combinação geológica, climática e vegetal presente neste bioma. Deste mosaico resulta a ocorrência de uma diversidade de espécies microbianas, vegetais e animais associadas ao Pampa, bem como de uma diversidade de tipos humanos. O gaúcho ou '*gaúcho*' associado à região da fronteira Brasil-Uruguai é um tipo humano diferente do gaúcho associado à região da Lagoa dos Patos, assim como ambos se diferenciam do tipo humano associado à região montanhosa da Serra do Sudeste, entre outros. Estes tipos humanos são o resultado de diferentes culturas formadas a partir da relação homem-ambiente, desenvolvida ao longo dos séculos nas diversas partes do grande mosaico que forma o Pampa. Os hábitos, habilidades, formas de vida, a gastronomia, a fala e as crenças destes tipos humanos trazem embutidos os componentes ambientais da região pampeana onde cada um destes tipos humanos se estabeleceu, interagiu e se desenvolveu. É inevitável citarmos a importância das questões históricas (disputas por território entre Espanha e Portugal, ciclos econômicos, Revolução Farroupilha, etc.) e da colonização por imigrantes de diferentes etnias (açoriana, espanhola, ucraniana, polonesa, alemã, italiana, etc.), como fatores que também definiram a diferenciação dos tipos humanos presentes no Pampa. É por esta razão que ao tratarmos da conservação da diversidade pampeana devemos tomar o cuidado de incluir, além da diversidade ambiental, a diversidade sociocultural presente neste Bioma (SILVA, 2010, p. 53).

2.3.2 A APA do Ibirapuitã e a Serra do Caverá

APA do Ibirapuitã

A APA do Ibirapuitã é uma área protegida que encontra-se localizada no extremo sul brasileiro, junto à fronteira Brasil-Uruguay, dentro do Bioma Pampa gaúcho. Encontra-se distribuída pelos municípios de Alegrete (15%), Quaraí (12%), Rosário do Sul (16%) e Santana do Livramento (57%), totalizando uma extensão de 316.882,75 hectares.

A Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã é uma Unidade de Conservação Federal Brasileira classificada como: "*área contendo predominantemente ecossistemas não modificados, manejados para manter a proteção da biodiversidade no longo prazo, mas também para prover produtos de forma sustentável às comunidades*". Ela foi criada em 20 de maio de 1992, através do Decreto Federal nº 529, atendendo a uma solicitação feita por ambientalistas da região que reconheciam a riqueza da biodiversidade local e sua grande beleza paisagística (APA DO IBIRAPUITÃ – GOOGLE SITES).



Figura 02 - Localização da Apa do Ibirapuitã.
 Fonte: APA do Ibirapuitã – Google Sites, 2013.

Atualmente, os principais trabalhos relacionados à gestão da APA estão voltados à informação e educação ambiental e ao regramento do uso de parte dos recursos naturais existentes nas propriedades rurais. Graças a este regramento, grande parte do seu território mantém as características originais do Bioma Pampa: uma complexidade de habitats formado por campos, capoeiras (arbustos e arvoretas), cerros, afloramentos de rocha, banhados, capões de mato nativo, mata aluvial, nascentes e cursos d'água. No uso econômico predomina a produção pecuária extensiva sobre campo nativo (área mais conservada), com a presença de lavouras de arroz irrigado mais concentradas na porção norte (área mais suscetível) e com a presença esporádica de lavouras de soja e de outras culturas (APA DO IBIRAPUITÃ – GOOGLE SITES).

A biodiversidade local é ainda insuficientemente conhecida, já que não foram realizados levantamentos de fauna e flora, à exceção de um levantamento de avifauna realizado em 1994 (APA DO IBIRAPUITÃ – GOOGLE SITES). Além disso, pouco se conhece sobre as pessoas que habitam a APA. Sabe-se apenas que seu território é formado “quase que exclusivamente por propriedades rurais privadas, escolas municipais, Piquetes de

Tradição Gaúcha, e pequenos estabelecimentos comerciais ("bolichos")" (APA DO IBIRAPUITÃ – GOOGLE SITES).

Sendo assim, verificamos que a APA do Ibirapuitã carece de estudos mais detalhados não só da fauna e flora, mas também das suas populações humanas. Essas carências acabaram contribuindo para que a APA “ainda não tenha conseguido construir seu Plano de Manejo e, tampouco, um Zoneamento Ecológico-Econômico” (APA DO IBIRAPUITÃ – GOOGLE SITES). Para que estas ferramentas, imprescindíveis à gestão de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, sejam engendradas é crucial que anteriormente sejam executados levantamentos sobre a flora, fauna, hidrologia, solos, clima, atividades executadas no interior e entorno da APA, além dos dados socioeconômicos da população local (APA DO IBIRAPUITÃ – GOOGLE SITES).

Apesar de já ter completado 21 anos de existência, grande parte da população dos municípios que a abrigam desconhece o que é, para que serve e onde fica a APA do Ibirapuitã (APA DO IBIRAPUITÃ – GOOGLE SITES).

A Serra do Caverá

A Serra do Caverá é uma região pertencente ao bioma pampa e esta situada em grande parte nos municípios de Rosário do Sul e Alegrete, com uma porção menor pertencente aos municípios de Cacequi e Santana do Livramento.

O Caverá (como é popularmente denominado), pelo tipo de relevo que possui, torna-se um local peculiar dentro do bioma Pampa. Essa peculiaridade deve-se a presença marcante dos pequenos cerros que contrastam com as vastas planícies que caracterizam a maior porção do território pampiano. Estes cerros não apresentam feições fortemente acidentadas, apresentando, em sua maioria, formas suaves e onduladas, caracterizando-se pela ausência do predomínio de vegetações arbóreas e apresentando uma composição florística baseada em vegetação rasteira (gramíneas). Este predomínio das gramíneas garantiu que essa região seguisse a principal atividade econômica do pampa: a criação de gado.

Nota-se na região, além dos cerros, muitos cursos d'água com mata ciliar preservada, afloramentos rochosos, capões de mato e áreas de várzea.

Nas atividades econômicas, há um evidente predomínio da pecuária extensiva, com algumas lavouras de arroz nas várzeas e outros cultivos como milho, cucurbitáceas, pequenos pomares, entre outros, em propriedades de pequeno porte.

Possui ainda um rico patrimônio histórico formado de cercas e “mangueiras” (local para rebanhar o gado) de pedra, mausoléus e taperas, materializando de um passado de sesmarias e escravidão. A estrutura fundiária da região da serra do Caverá caracteriza-se pela presença, quase “onipresente”, das grandes propriedades (estâncias de pecuária extensiva) e dos, quase “desapercebidos”, rincões. Estes últimos “espremidos” pela dimensão daquelas.

2.3.3 O município de Rosário do Sul

Criado em 19 de abril de 1876, o município de Rosário do Sul conta atualmente com uma população de 39.707 habitantes e uma área territorial de 4.466,7 km² (IBGE, 2010), dividida em seis distritos: Sede, Mangueira, Caverá, São Carlos, Campo Seco e Touro Passo. Localiza-se na microrregião homogênea Campanha Central (IBGE, 2010), Fronteira Oeste do Estado, limítrofe aos municípios de Alegrete, Quaraí, Cacequi, São Gabriel, Santana do Livramento e Dom Pedrito, e possui três acessos rodoviários pavimentados: BR 158, BR 290 e RS 640.

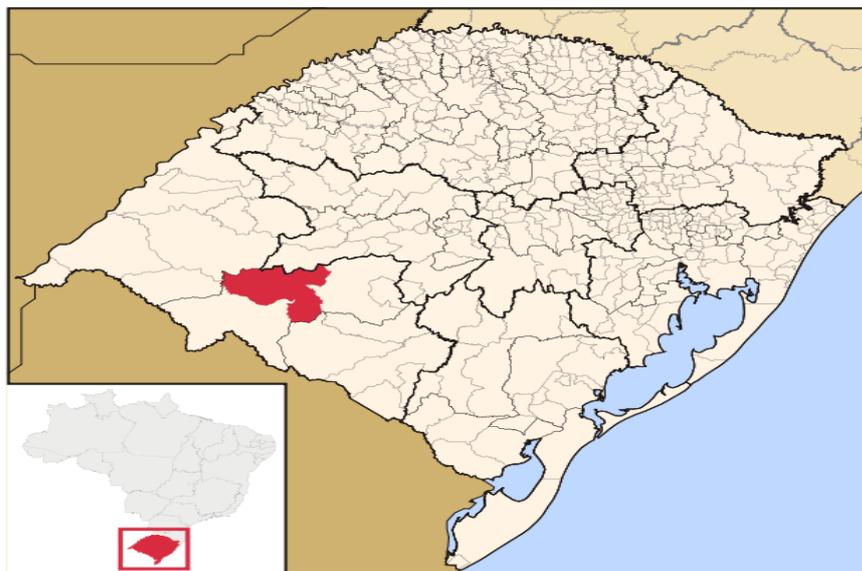


Figura 03 - Localização do Município de Rosário do Sul.
Fonte: Wikipédia, 2013.

O clima é ameno, pertencendo ao grupo subtropical. A temperatura máxima é superior a 32°C, e a mínima varia entre 3° e 18°C, podendo atingir eventualmente temperaturas negativas próximas de 0°C.

O município é banhado pelos rios Santa Maria, Ibicuí da Armada e ainda os arroios Caverá, Touro-Passo, Vacaquá e outros.

Quanto ao relevo, é formado de coxilhas e planícies com destaque para sua porção mais acidentada, a Serra do Caverá. A vegetação predominante é a de gramíneas, com vastas áreas de campo nativo. Predominam os solos arenosos, com exceção da serra do Caverá, onde encontramos solos rasos e afloramentos rochosos, sendo a região com menor aptidão para as lavouras temporárias dentro do município.

Nos dados econômicos, o município possui um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 597 milhões, perfazendo um PIB per capita de aproximadamente R\$ 15 mil (FEE, 2010).

O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,769, superando a média estadual de 0,746 (PNUD, 2000). A taxa de analfabetismo, considerando pessoas acima dos 15 anos, é considerável, atingindo 7,73% e a expectativa de vida fica em torno dos 70 anos (FEE, 2010).

Rosário do sul apresenta baixa densidade demográfica, com 9,1 habitantes por Km², seguindo uma tendência da região pampiana.

Tabela 04 - Densidade demográfica e distribuição da população urbana e rural em Rosário do Sul/RS.

Município	Densidade Demográfica Área Urbana (hab/km ²)	Densidade Demográfica Área Rural (hab/km ²)	População Urbana (%)	População Rural (%)	População Urbana		População Rural	
					Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Rosário do Sul	100,09	1,19	87,97	12,03	47,70	52,30	55,49	44,51
Rio Grande do Sul	142,80	7,31	85,10	14,90	48,02	51,98	52,36	47,66

Fonte: IBGE, 2010.

Através da tabela 04 podemos observar que a densidade demográfica na área rural do município é aproximadamente de uma pessoa por Km², sendo muito abaixo da média do estado. A tabela mostra um nítido “vazio” no espaço rural Rosariense, além de evidenciar o processo de masculinização, confirmando as tendências do espaço rural contemporâneo em nível de Brasil.

Outro aspecto, ligado as tendências do rural brasileiro, é o processo de envelhecimento da população rural. Oliveira (2013), alerta para a acentuação deste processo na região pampiana evidenciando a região da APA do Ibirapuitã.

Aqui não vamos nos ater em analisar as possíveis causas destes fenômenos do rural brasileiro e pampiano, mas retomaremos - principalmente o debate sobre o processo de

envelhecimento da população rural – quando fizermos a análise dos dados dos rincões em questão, no próximo capítulo.

Outro aspecto, ao qual Rosário do Sul não foge a regra brasileira, é quanto a estrutura fundiária dos estabelecimentos.

Tabela 05 - Número e Área dos estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar - Rosário do Sul – RS.

Número e Área dos estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar - Rosário do Sul – RS – 2006				
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Total	1.681	100,00	345.047	100,00
Agricultura não familiar	658	39,14	312.916	90,69
Agricultura familiar - Lei 11.326	1.023	60,86	32.131	9,31

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2011.

É notória a acentuada discrepância na comparação entre estabelecimentos familiares e não familiares. Enquanto os 39% de estabelecimentos não familiares ocupam quase 91% da área total dos estabelecimentos, restam apenas 9,31% da área para quase 61% de estabelecimentos familiares. Essa tendência sempre foi bem demarcada no pampa devido ao processo histórico de ocupação do seu território (visto no capítulo anterior) baseado na distribuição restrita das sesmarias.

Como na maioria dos municípios gaúchos, a economia Rosariense sempre foi ligada à exploração agropecuária. A produção de bovinos sempre teve papel importante, dadas as aptidões dos campos e do processo de ocupação das terras, baseada nas vastas estâncias de criação extensiva. Contudo, ao longo do tempo – especialmente nos últimos anos -, aparecem novas atividades no setor agropecuário, baseadas nas lavouras temporárias de arroz e soja.

Tabela 06 - Área ocupada com lavoura temporária em Rosário do Sul.

Rosário do Sul - RS					
Área plantada (Hectares)					
Lavoura temporária	Ano				
	1990	1995	2000	2005	2011
Total	28.277	28.752	33.701	51.265	49.856
Arroz (em casca)	8.580	20.500	22.000	21.000	22.600
Feijão (em grão)	30	-	-	250	-
Melancia	145	12	1.200	950	320
Milho (em grão)	5.000	4.000	2.700	3.000	900
Soja (em grão)	12.000	3.740	7.500	25.000	26.000
Trigo (em grão)	935	-	-	1.000	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2011.

Como podemos observar, a área de cultivo do arroz aparentemente se estabiliza a partir de 1995, provavelmente em função de ter atingido o limite da ocupação das áreas de várzea, visto que a produção orizícola do município é baseada no arroz irrigado por inundação, ou seja, dependente de áreas planas e baixas.

Também é visível a queda brusca na área ocupada por milho. Este fato pode ter sido consequência da desvalorização deste cereal no mercado e a substituição por outras culturas mais rentáveis como a soja.

É observada ainda uma pequena importância nas áreas de trigo e melancia. Porém, o que mais chama a atenção é a evolução na área com cultivo de soja. Nota-se que em 21 anos a área com este cereal mais que dobrou, ultrapassando a área com cultivo de arroz.

Fica evidente que o acréscimo da área com lavouras temporárias em Rosário do Sul nas últimas duas décadas foi quase que exclusivamente em função da expansão do arroz e da soja na região. Esta expansão, principalmente da soja, é o grande indício da chegada de um modelo de agricultura baseado no capital cerealista agroexportador, que vem trazendo para Rosário e região vários reveses, muitos já evidentes, como no campo ambiental.

No entanto, mesmo com o avanço das áreas de soja, os rebanhos, principalmente bovino, continuam mantendo sua importância sem sucumbir em meio a expansão das lavouras.

Tabela 07: Efetivo dos rebanhos - Município de Rosário do sul.

Rosário do Sul - RS					
Efetivo dos rebanhos (Cabeças)					
Tipo de rebanho	Ano				
	1990	1995	2000	2005	2011
Bovino	362.829	338.298	334.096	351.143	335.852
Equino	12.447	11.843	12.600	7.100	12.976
Bubalino	162	240	449	1.159	1.651
Suíno	8.783	9.263	7.060	3.405	3.240
Caprino	300	312	986	429	1.067
Ovino	301.880	186.220	136.021	125.494	161.035

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2011.

Como podemos visualizar na tabela 06, o rebanho bovino Rosariense sofreu pouca variação nos 21 anos analisados. Mesmo com a expansão das áreas de lavoura - e consequente redução de áreas de campo nativo – o número de cabeças conseguiu se manter estável. Este fenômeno deve-se, provavelmente, a própria expansão das lavouras. Sabe-se que a soja é um cultivo de verão, no entanto, no inverno, as áreas de soja desta região vem sendo ocupadas, em grande parcela, com espécies forrageiras (azevém, aveia), no intuito do aproveitamento destas áreas para uma criação mais intensiva de bovinos.

Outro aspecto apresentado pela tabela 06 é a drástica queda no número de ovinos até o ano de 2005. Isto se deve principalmente a desvalorização da lã, que foi gradativamente substituída por tecidos sintéticos. Contudo, em 2011 verificamos certa retomada no crescimento do rebanho ovino, em virtude do direcionamento dos rebanhos para as raças “tipo carne”, como consequência do aumento da demanda e da valorização deste produto no mercado.

Dentro das novas atividades produtivas do pampa não podemos esquecer as florestas de árvores exóticas. Elas, cada vez mais, vêm mudando o panorama e a paisagem pampiana com uma rápida expansão produtiva, e, Rosário do Sul está incluso neste processo.

Estima-se que o município - dentro de alguns dados da produção silvícola considerando apenas a produção destinada para lenha e madeira em toras – tenha passado de uma produção de 14.500m³ em 1990, para 36.000m³ em 2011, mais que dobrando a produção na análise destes itens (IBGE, 2011).

Por fim, observamos que o município de Rosário do Sul, apresenta um processo de transformação produtiva na agropecuária, determinada principalmente pelo advento da soja e

das florestas exóticas. No entanto, dentro da conservação da grande propriedade, não perdeu o caráter pastoril, mantendo a pecuária com elevado grau de importância na economia local.

2.3.4 Rincão dos Mendes e Rincão da Chirca

Os rincões em estudo estão situados dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Ibirapuitã, junto a serra do Caverá, no distrito de São Carlos em Rosário do Sul.

O Rincão dos Mendes situa-se em local bastante ermo, com via de acessos vicinais públicos bastante limitados e pouco conservados, sendo que parte do trajeto, para chegar ao rincão, é feita em corredores de propriedades privadas, necessitando a abertura de porteiros. Este rincão é rodeado por estâncias e pelo rio Ibirapuitã Mirim, o qual separa, neste ponto, os territórios de Rosário do Sul e Santana do Livramento. Por fazer parte do território da Serra do Caverá, o relevo do rincão é predominantemente formado por cerros de feições arredondadas com vegetação rasteira e áreas baixas com cursos d'água e capões (vegetação arbórea).

Verificamos ainda no Rincão dos Mendes pequenos rebanhos bovinos e ovinos e alguns cavalos. Pequenas hortas e pomares também estão presentes próximo as moradias, incrementando uma pequena atividade produtiva. De forma geral, as moradias são bastante simples, com áreas mistas de madeira e alvenaria cobertas por folhas de zinco. Ficam relativamente próximas umas das outras, podendo ser visitadas a pé.

Seus moradores possuem fortes traços da miscigenação entre brancos (portugueses e espanhóis) e índios, formando um tipo étnico popularmente conhecido por “pelo duro”. As famílias são geralmente formadas por um casal com a preponderância de idosos.



Figura 04 - Vista panorâmica do Rincão dos Mendes.
Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2012

O Rincão da Chirca encontra-se às margens de uma estrada vicinal pública, facilitando, um pouco, o acesso. Sobre seu relevo e vegetação, podemos verificar que mantém a forma básica da Serra do Caverá, com presença de pequenos cerros arredondados. No entanto, não verificamos a presença de cursos d'água representativos, com exceção da presença de pequenos olhos d'água. Contudo, o principal aspecto agroecológico que o diferencia do Rincão dos Mendes é a presença marcante de uma espécie de arbusto. Este arbusto é encontrado em grande parte da área do rincão. Com uma altura significativa de dois metros em média, esta vegetação acaba escondendo muitas casas quando o rincão é observado da estrada de acesso. Para quem não conhece o local fica difícil identificar que aquele local abriga seis famílias. Este arbusto, chamado localmente de “chirca”, acabou denominando o rincão.

No Rincão da Chirca também encontramos pequenos rebanhos de bovinos e ovinos, assim como hortas e pomares mais relevantes. As moradias, bastante simples, são geralmente mistas com maior relevância para as partes de madeira e, também podem ser percorridas a pé. As famílias do Rincão da Chirca, no geral, apresentam maior número de integrantes em relação ao Rincão dos Mendes. Também são mais jovens na maioria dos casos e apresentam traços étnicos do negro.



Figura 05 - Vista panorâmica do Rincão da Chirca.
Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2012.

A distância entre os rincões é de aproximadamente 15 km. Porém os rincões estão localizados a uma distância perto dos 100 km em relação ao centro urbano mais próximo, sendo que dos 100 km, 60 km são percorridos em estradas de chão. Esta constatação mostra o quão longínquos e ermos são estes locais, evidenciando um elevado grau de isolamento do contexto urbano.

3 RINCÃO DOS MENDES E RINCÃO DA CHIRCA: AS CARACTERÍSTICAS

Neste capítulo buscamos trazer as principais características dos rincões colhidas na pesquisa de campo, abordando aspectos sobre os moradores, estrutura fundiária e das pequenas produções agrícolas (animal e vegetal) encontradas nos Rincões.

3.1 O Rincão dos Mendes

Aqui serão tratados os dados da pesquisa de campo referentes aos aspectos supracitados no âmbito do Rincão dos Mendes, exceto as percepções dos moradores em relação ao rural, as quais serão apresentadas em subcapítulo específico.

3.1.1 Aspectos gerais do ambiente, estrutura fundiária e população

Rincão dos Mendes é formado por um relevo acidentado, com solo raso e pedregoso, campo nativo e matas próximas aos cursos d'água. Encontra-se numa região de difícil acesso terrestre, dentro da APA do Rio Ibirapuitã. As residências dos moradores são simples, casas antigas de tijolos sem reboco ou de madeira e folhas de zinco nas paredes externas, imagem que, relativamente, expressa uma condição de vida difícil. Entretanto, recentemente (ano de 2007), através do programa federal “Luz para Todos”, o local foi contemplado com energia elétrica. A energia elétrica trouxe benefícios como, por exemplo, acesso à informação e “entretenimento” (rádio e televisão), conservação dos alimentos e melhoria das condições de vida. As residências, de modo geral, são abastecidas com água através de cacimbas naturais.

Sobre a origem do rincão, os moradores referem-se a palavra “secessão”. Muitos explicaram que receberam a terra de herança dos pais e que o rincão sempre teve como características, as pequenas propriedades e moradores que trabalhavam nas estâncias vizinhas ligadas a pecuária. Com estas informações, subentende-se que o rincão possa ter surgido da doação de uma porção de área, por parte de alguma estância vizinha, às famílias que nela trabalhavam. É importante salientar que algumas famílias apresentam laços de parentescos (irmãs, cunhados), são justamente as que apresentam o sobrenome que dá nome ao rincão.

O rincão possui 19 moradores distribuídos em nove (09) famílias, obtendo uma média de 2,1 pessoas por família. O rincão totaliza uma área total de aproximadamente 115 hectares, com variação de áreas de um (01) até 50 hectares.

No Rincão dos Mendes o predomínio da população de faixa-etária mais elevada demonstra um processo de envelhecimento resultante, conseqüentemente, do êxodo rural das últimas décadas. Êxodo pode ter sido motivado pela falta de terra, pelo isolamento, falta de infraestrutura básica, restrito dinamismo econômico da pecuária e, conseqüentemente, dificuldade de absorção, pelas estâncias, da mão-de-obra local. Além disso, a utilização de tecnologias como a inseminação artificial, a utilização escalonada das pastagens e a mecanização de atividades que anteriormente eram executadas pelo trabalho braçal (como por exemplo, a tosquia dos ovinos) acabaram reduzindo a necessidade de mão de obra. Estas inovações, além de que reduzirem a oferta de trabalho, aumentaram a exigência de qualificação da mesma.

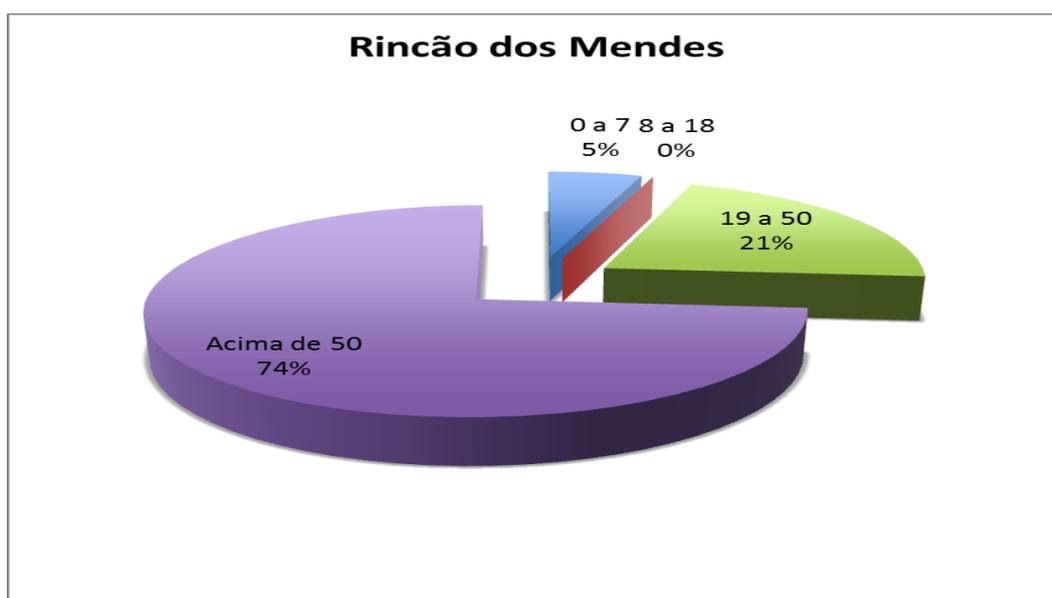


Figura 06 - Distribuição da faixa etária da população.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando levamos em conta a população do rincão com mais de 65 anos, atingimos 42% da população, evidenciando deste modo, um processo de envelhecimento mais acentuado do que a própria “tendência do rural brasileiro” (SCHNEIDER, 1994).

Quanto ao processo de “masculinização” das populações rurais observado por Costa (2010), não evidenciamos a mesma tendência no local. Talvez em função de que tratamos aqui de uma pequena população, que pode ter pouca representatividade para este tipo de

análise. Neste sentido, verificamos que 58% da população total é constituída por mulheres. Este fato pode ser esclarecido pelo fato que das nove residências do rincão, sete são constituídas por casais, mas em duas só residem mulheres. Numa delas reside apenas uma senhora viúva e na outra residem uma senhora viúva acompanhada da filha e da neta.

Outro aspecto levantado pelos moradores refere-se ao difícil acesso à escola. Foi levantado que hoje a região é pouco servida em escolas. As poucas escolas que existem oferecem estudo até o quinto ano, e ainda ficam distantes do rincão.

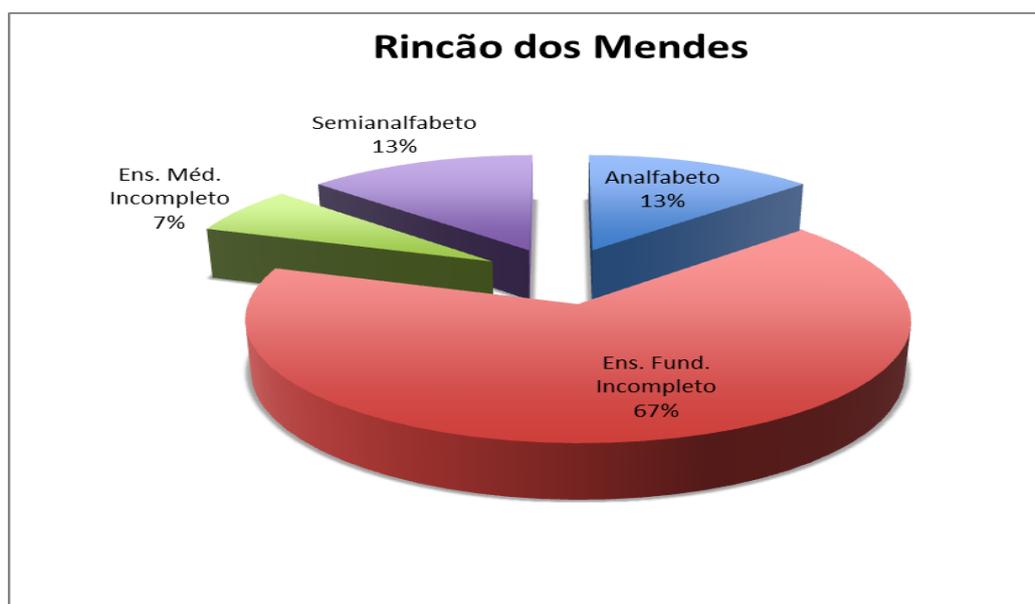


Figura 07 - Nível de escolaridade da população.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2012.

Sobre o passado eles relatam que o estudo era secundário, onde as famílias privilegiavam o trabalho ao estudo. Os jovens, desde cedo, executavam atividades, e acabavam abandonando a escola nas séries iniciais ofertadas. Esses motivos foram argumentados para justificar o baixo nível de escolaridade das famílias do rincão, que é de aproximadamente 2,8 anos.

A dificuldade no acesso a escola também se insere como motivador da saída do local, dos jovens, filhos dos moradores, onde muitos foram para a cidade em busca de melhor qualificação.

3.1.2 A produção agrícola

Para fins da quantificação da produção agrícola, usaremos como referência (tanto para

o Rincão dos Mendes, quanto para o Rincão da Chirca) o **Produto Bruto (PB)** [quantidades vendidas e consumidas (autoconsumo) - no período de um ano - multiplicadas pelos respectivos preços locais de mercado], já que as informações com depreciação de equipamentos, instalações e utensílios utilizados nas atividades agrícolas, custos de produção, entre outros, necessários para o cálculo da **Renda Agrícola (RA)**, não foram objeto da pesquisa de campo. O que podemos perceber durante a coleta de dados, é que tanto os custos de produção quanto as depreciações nos parecem ser pouco significativos, dado as pequenas quantidades produzidas (animal e vegetal) e a baixa utilização de insumos, mecanização e técnicas avançadas.

No rincão, a produção vegetal se resume em pequenas hortas e pomares próximos as residências, geralmente cercados de taquara ou ramos com arame. No que se refere as variedades vegetais produzidas, nas hortas encontramos em media 06 espécies vegetais produzidas por família, ainda que três famílias não possuem horta. As espécies mais comuns são alface, couve, cenoura e cucurbitáceas em geral (moranga, abóbora, etc.).

Apenas uma família não possui pomar, sendo o pêsego a laranja e o figo as espécies mais encontradas.

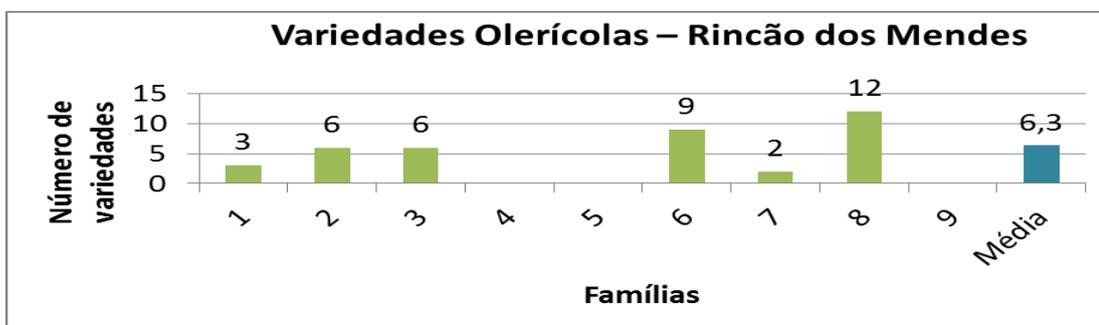


Figura 08 - Variedades olerícolas.
Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2012.

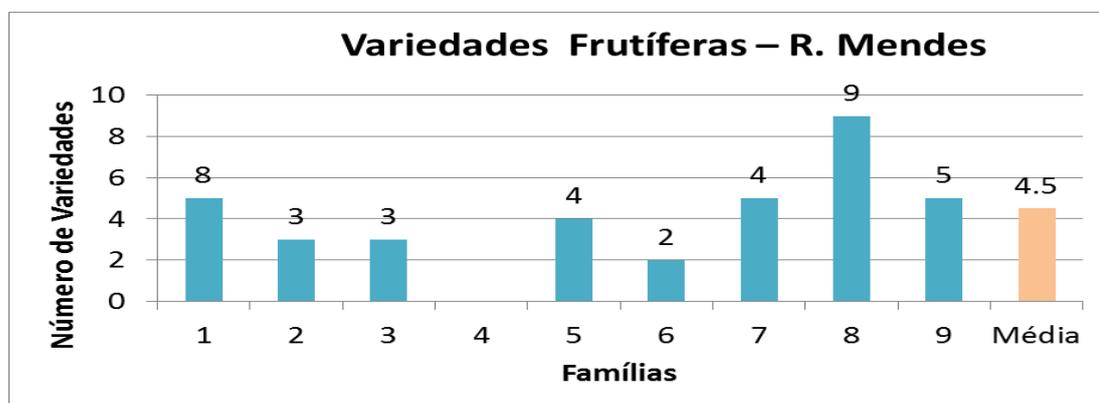


Figura 09: Variedades Frutíferas.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A produção vegetal é destinada exclusivamente para o autoconsumo, sendo que parte das frutas é destinada para a confecção de doces.

A produção animal do rincão é baseada na criação de bovinos e ovinos. No entanto encontramos, aves (galinhas) e equinos.

O sistema de produção adotado pelos moradores para os bovinos é o ciclo completo, ou seja, produção de carneiros com eventual comercialização dos próprios carneiros e vacas de descarte (que não mais fertilizam). Segundo os moradores o touro para a fertilização das vacas é cedido, sem custos, por um estancieiro vizinho, porém as vacas que estão em período fértil são levadas até a estância para serem cobertas, retornando ao rincão. Apesar de cada morador ter seu rebanho, a um processo de ajuda mútua, tanto para levar as vacas até a estância quanto para as demais atividades de manejo dos bovinos e ovinos. As “mangueiras” para contenção e manejo do gado são pequenas e feitas com cercas de arame. Os cavalos são utilizados por poucos, pois a maioria dos homens já apresenta algum tipo de restrição física pelo avançado da idade.

Na criação de ovinos, os principais destinos são três: o consumo da carne, eventual venda de animais e venda da lã. A produção de galinhas destina-se ao autoconsumo de carne e ovos. Os bovinos, além da destinação para eventuais vendas, contribuem para o autoconsumo de carne e leite.

Tabela 08 - Área e Efetivo Animal por família – Rincão dos Mendes.

Famílias	Área/Ha	Bovinos	Ovinos	Equinos	Aves	Suínos
1	9	20	9	2	20	0
2	50	80	190	3	0	0
3	7	15	16	0	20	0
4	1	0	0	0	0	0
5	1	8	0	0	0	0
6	6	9	20	1	7	1
7	20	9	5	4	0	0
8	1	0	1	0	30	1
9	20	4	93	2	7	0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Apenas uma família (04) não possui nenhum tipo de animal, esta família é formada por um casal, onde os dois trabalham em uma estância vizinha, estando a maior parte do tempo fora de casa. As famílias dois (02) e seis (06) deixam parte do rebanho em campo

cedido na estância lindeira onde um integrante de cada família trabalha.

Uma pequena parcela restrita ao autoconsumo, refere-se a transformação caseira, onde aparecem a utilização de matéria prima animal, no caso do leite para a confecção de queijo e dos ovos de galinha para confecção de doces e panificados, além da matéria prima vegetal com a utilização das frutas para a confecção de doces.

Assim conseguimos compor o Produto Bruto (PB) da pequena produção das famílias do rincão, através da produção vegetal e animal (consumida e vendida) e da transformação caseira (consumida e vendida) multiplicadas pelos preços locais de mercado (no período de um ano).

Tabela 09 - Distribuição do Produto Bruto (R\$ por ano).

Produto Bruto - Rincão dos Mendes							
Famílias	Produto Bruto Vegetal		Produto Bruto Animal		Produto Bruto Transf. Caseira		Total (R\$/ano)
	(R\$/ano)		(R\$/ano)		(R\$/ano)		
	Consumido	Vendido	Consumido	Vendido	Consumido	Vendido	
1	780	0	1571	9530,02	72	0	11953,02
2	0	0	600	23025	0	0	23625
3	2435	0	3770	595	0	0	6800
4	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	1600	0	0	1600
6	0	0	48	3085	0	0	3133
7	480	0	1000	2000	104	0	3584
8	394	0	486	400	396	0	1676
9	0	0	1945	8000	0	0	9945

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Exceto a família 04 (casal que trabalha, exclusivamente, fora da propriedade), que não possui produção animal ou vegetal, notamos que todas as famílias comercializam parte da produção animal. Os itens comercializados são principalmente terneiros e vacas de descarte, seguidos da lã dos ovinos e, com menor importância, ovinos vivos. Os bovinos são comercializados localmente com pecuaristas de maior porte. A venda se procede com a lógica de não superlotar o campo e ao mesmo tempo manter o plantel de animais. A lã é vendida à atravessadores que buscam a lã nas propriedades. Ainda existe esporádica comercialização de ovinos entre vizinhos, no entanto, a importância desses animais destaca-se no autoconsumo das famílias, bem como a produção vegetal e a transformação caseira.

Um aspecto bastante notório é o autoconsumo (PB animal, vegetal e da transformação caseira consumido), imprimindo grande relevância como estratégia de manutenção das famílias.

Aqui destaca-se o autoconsumo (FONTOURA, 2012) animal, evidenciando a importância da proteína animal (principalmente ovina) na alimentação das famílias do rincão.

3.2 Rincão da Chirca

Este subcapítulo tem o objetivo, de apresentar características do Rincão da Chirca, observando aspectos da conformação agroecológica, da estrutura fundiária, da população e da produção, observando os mesmos moldes do subcapítulo anterior sobre o Rincão dos Mendes.

3.2.1 Aspectos gerais do ambiente, estrutura fundiária e população

O Rincão da Chirca possui um relevo fortemente ondulado com predomínio de solos rasos e ausência de cursos d'água significativos. Sua vegetação é composta por gramíneas e uma espécie de arbusto que ocupa parte significativa da área do local. Este arbusto, como já visto, é denominado pelos nativos de “chirca”, o qual dá nome ao rincão.

Quanto à população, é importante salientar que o rincão é habitado por descendentes de escravos de uma estância vizinha. Este fato fica bastante evidente ao se observar o sobrenome dos moradores do rincão. Todas as famílias apresentam o sobrenome dos donos da referida estância.

No período da escravidão, a prática de colocar seus sobrenomes nos escravos adquiridos era muito comum por parte da classe estancieira. Este ato simbolizava a posse, demarcando a qual família este ou aquele escravo pertencia.

Neste sentido, uma moradora está buscando junto aos órgãos de Estado competentes, a abertura do processo de reconhecimento do Rincão da Chirca como território quilombola.

Segundo os moradores, a origem do rincão se deu a partir da doação de uma pequena porção de terra por parte da referida estância, aos seus escravos, após a Lei Áurea. Estes escravos libertos, ancestrais dos moradores atuais, moravam no rincão, onde praticavam pequenas atividades de subsistência e continuavam a trabalhar para o estancieiro que lhes concedeu a pequena porção de terra.

Atualmente o rincão ocupa uma área de 14 hectares, a qual abriga seis famílias, perfazendo uma média de 2,3 hectares de terra por família. Contudo as seis famílias apenas delimitam a área das suas residências e das pequenas plantações (hortas e pomares) mantendo o restante da área em utilização conjunta. Cada família tem seus próprios animais (bovinos, ovinos, galináceos), porém ficam soltos na área comunal, sem divisas.

Além da criação comunitária, uma prática estratégia recorrente no rincão é o “gado no corredor”, a qual foi fielmente descrita por Sá Brito (2010, p. 131) em pesquisa na região em questão.

De outro ângulo, a criação do gado nos corredores também remete às técnicas produtivas utilizadas pelo segmento familiar em seus sistemas de produção. O próprio fato de essa ser uma opção sazonal para alguns, quando a capacidade de suporte forrageiro decresce dentro das unidades de produção, denota uma estratégia de manejo específica, baseada na capacidade de carga do campo nativo. Sendo o campo nativo a principal fonte de alimentação animal nesses sistemas, é imprescindível que mantenha sua capacidade produtiva. Para tanto, o sobrepastejo, que muitas vezes ocorre em áreas com superlotação animal, precisa ser evitado para que não se comprometa o crescimento e a diversidade da vegetação campestre.

Há uma propriedade indispensável nessa mediação, que é o conhecimento empírico dos manejadores do campo nativo, baseado essencialmente na sua observação. O desenvolvimento dessa percepção contrapõe a afirmação de que a dependência exclusiva desse recurso está correlacionada à baixa capacidade de intervenção nesse meio, afinal, pode estar ancorada numa escolha racional resultante da grande capacidade de observação e interpretação das condições do campo, pois, a partir desse conhecimento é que os campeiros podem tomar as decisões sobre a utilização adequada da pastagem natural. Isso seria então garantido pela condução dos animais para pastejo nos corredores antes que o campo disponível nas suas unidades se torne “rapado”, seja pelo manejo diário, recolhendo-os à noite, ou temporário, fazendo recorridas periódicas para evitar que se dispersem, bem como para reuni-los e proceder com o manejo sanitário nas unidades de produção. Em função do trânsito constante de outros animais, os bovinos criados nos corredores geralmente apresentam-se assinalados nas orelhas, sendo o sinal conhecido e facilmente identificado pelos vizinhos.

As seis famílias que compõem o rincão totalizam 19 moradores, sendo dez do sexo feminino e nove do sexo masculino, sendo estas mais numerosas comparando se com as famílias do Rincão dos Mendes.

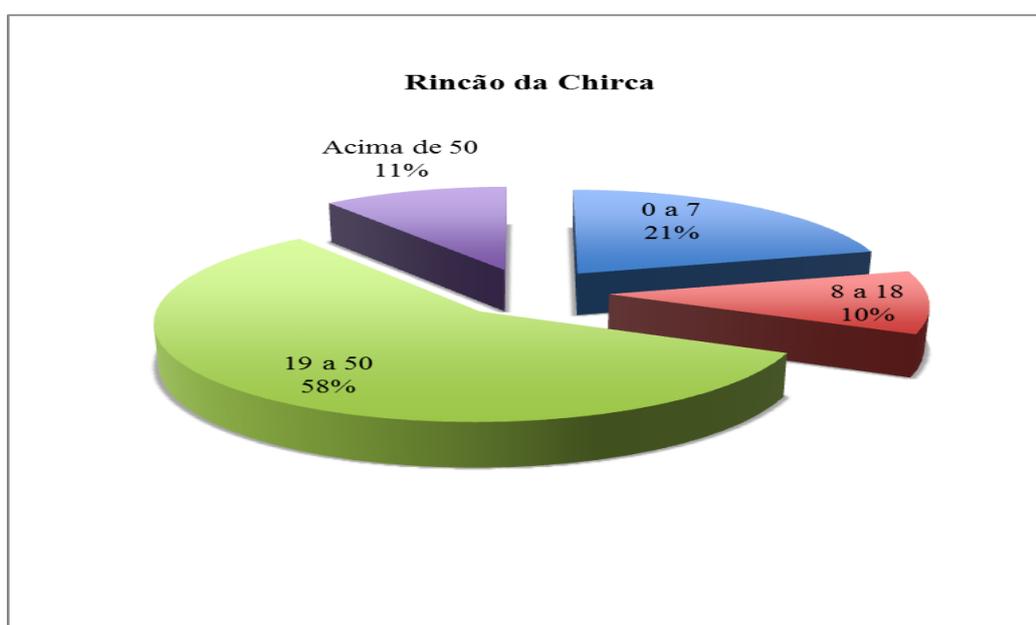


Figura 10 - Distribuição da faixa etária da população (%).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Diferentemente do Rincão dos Mendes, o Rincão da Chirca apresenta população bem mais jovem, concentrada na faixa dos 19 aos 50 anos (58%), mas com grande relevância para o percentual de crianças e jovens de zero a 18 anos (31%).

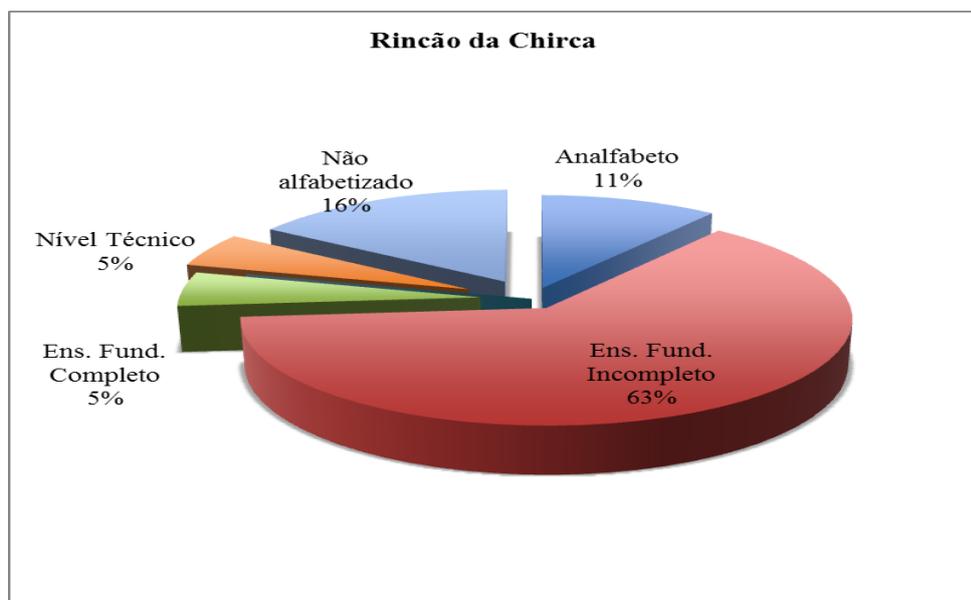


Figura 11 - Nível de escolaridade da população (%).
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Outro aspecto que podemos observar é o nível de escolaridade dos moradores do rincão. Observamos que os 16% de pessoas não alfabetizadas, referem-se as crianças que ainda não atingiram idade escolar, enquanto que 11% de analfabetos referem-se aos adultos. A média de escolaridade por família chega a 4,4 anos, porém com perspectivas de aumentar, já que existem crianças que estão frequentando a escola e crianças que ainda poderão frequentar.

A escola frequentada pelas crianças fica distante e o transporte é feito por ônibus escolar público, sendo que as crianças precisam acordar em torno das 04 horas da madrugada para acessarem o transporte.

3.2.2 A produção agrícola

A atividade agrícola do rincão é baseada na criação de animais (bovinos e ovinos) e no cultivo de pequenas “roças” (lavouras) de subsistência.

As pequenas roças ficam próximas as residências e são cultivadas e cuidadas

predominantemente pelas mulheres. Comparando com o Rincão dos Mendes, estas roças parecem ter maior importância para o autoconsumo, levado em conta que aqui as famílias são maiores. Talvez por isso as roças sejam maiores e apresentem maior número de variedades cultivadas.

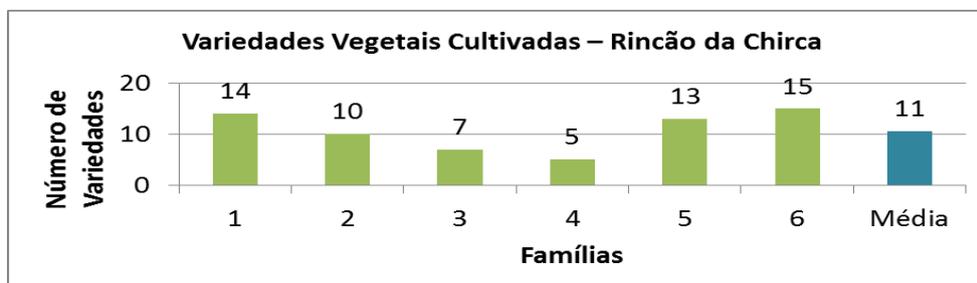


Figura 12 - Variedades Vegetais Cultivadas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Outro aspecto que pode justificar – comparando com R. dos Mendes - a maior atenção para a roça, é o fato de que no Rincão da Chirca a população predominante é mais jovem, o que pode facilitar o manejo da roça em atividades braçais como a capina.

Neste sentido podemos verificar que todas as residências possuem roça, sendo que a média de espécies cultivadas por família chega a onze, não se restringindo apenas ao cultivo de espécies olerícolas, podendo-se encontrar também feijão e milho.

Os pomares também são bastante usuais no rincão, sendo que apenas uma família não cultiva espécies frutíferas.

As frutas são muito utilizadas, pelas mulheres, na transformação caseira, servido como matéria prima para doces como marmelada (marmelo), goiabada (goiaba) e figada (figo), além da confecção de pêssego desidratado (pêssego descascado, picado e seco ao sol). Estes produtos da transformação caseira além de serem consumidos pela família, parte é vendido em uma feira anual organizada em uma comunidade próxima.

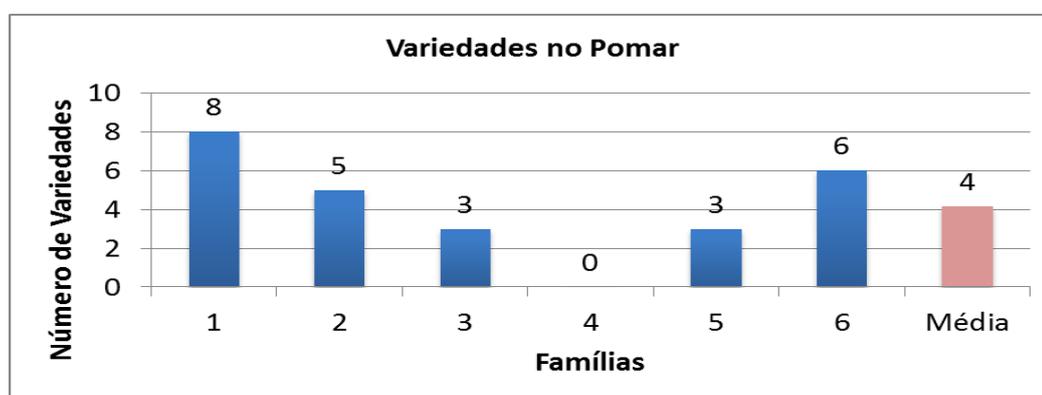


Figura 13 - Variedades Frutíferas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

As espécies predominantes nos pomares do rincão são figo, pêsego, marmelo e goiaba, como já visto, além da presença de citros como laranja e bergamota.

Na produção animal, predominam os bovinos e ovinos com a existência ainda de pequenas criações de galinha as quais são utilizadas para o autoconsumo (carne e ovos).

Como já visto, os ovinos e bovinos são criados em área comunal, no entanto cada família possui seus rebanhos. Outro aspecto, já abordado, é a estratégia do “gado no corredor” como forma de compensar a escassez de área no rincão.

O sistema de criação de bovinos praticado no rincão é baseado no ciclo completo (produção de terneiros) com vendas eventuais de terneiros e vacas de descarte. A comercialização dos animais é local, feita com vizinhos que possuem áreas maiores.

Os ovinos cumprem papel no autoconsumo familiar e na comercialização, com atravessadores, de seu subproduto, a lã.

O manejo dos animais é feito coletivamente, sendo os serviços eventuais como castração, vacinação, entre outros, executado pelos homens, ficando para as mulheres a observação diária, já que a grande maioria dos homens do rincão permanece o dia ou até a semana fora da residência, em seus trabalhos nas estâncias lindeiras.

Tabela 10 - Efetivo Animal por família – Rincão da Chirca.

Famílias	Bovinos	Ovinos	Equinos	Suínos	Aves
1	14	0	0	1	0
2	35	17	3	0	20
3	5	0	1	0	0
4	0	0	0	0	3
5	8	20	2	0	15
6	3	15	1	0	7

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Verificamos que quatro famílias possuem equinos, perfazendo um total de quatro cavalares no rincão, os quais são utilizados para o trabalho nas estâncias e no recolhimento do “gado no corredor”. A família “dois” tem seu rebanho bovino e seus equinos em campo cedido pelo patrão do chefe da família em estância vizinha. Cinco, das seis famílias possuem bovinos.

Tanto o “gado no corredor” quanto a permanência do gado, de algumas famílias, em “campo cedido” pelos patrões das estâncias vizinhas, se apresentam como estratégias para manter determinado número de cabeças, compensando a escassez de área para a atividade

pecuária no rincão.

Assim como no Rincão dos Mendes, o Produto Bruto (PB) do Rincão da Chirca é composto pelos três aspectos produtivos descritos anteriormente (produção vegetal, animal e transformação caseira), e será analisado aos mesmos moldes propostos no Rincão dos Mendes.

Tabela 11 - Distribuição do Produto Bruto (R\$ por ano).

Produto Bruto - Rincão da Chirca							
Famílias	Produto Bruto Vegetal		Produto Bruto Animal		Produto Bruto Transf. Caseira		Total (R\$/ano)
	(R\$/ano)		(R\$/ano)		(R\$/ano)		
	Consumido	Vendido	Consumido	Vendido	Consumido	Vendido	
1	520	0	2270	220,8	45,5	240,5	3296,8
2	810	0	2281	210	30	390	3721
3	260	0	0	1950	0	0	2210
4	0	0	36	0	0	0	36
5	370	0	604	900	0	0	1874
6	580	0	0	2121	20	540	3261

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Como podemos observar, metade das famílias possuem produtos da transformação caseira, a qual é destinada, em grande parte, para a comercialização na feira anual local referida anteriormente. Quanto à produção vegetal, percebe-se uma exclusiva e significativa destinação para o autoconsumo familiar. Este valor significativo do Produto Bruto vegetal (consumido) pode estar relacionado a certa disponibilidade de força de trabalho (pouco existente no caso do R. dos Mendes) por parte das mulheres (mais jovens no R. da Chirca) o que pode conduzir a uma maior produção de alimentos (vegetais) evitando gastos com a compra destes. Outro aspecto pode ser relacionado com o tamanho das famílias que neste caso possuem, em média, um integrante a mais em relação ao R. dos Mendes, o que acaba por aumentar a demanda por alimentos. Ainda temos o fato da distância do rincão em relação a zona urbana, fato que acaba dificultando o acesso aos alimentos em mercados.

No Rincão da Chirca, novamente aparecem famílias onde o autoconsumo (PB vegetal consumido+PB animal consumido+PB transformação caseira consumido) é bastante significativo, chegando a atingir 86%, 84% e 52% (famílias 01,02 e 05, respectivamente) do PB Total.

Apesar disso, os valores totais do PB gerados pelas famílias são bastante reduzidos,

colocando em dúvida a sobrevivência destas famílias se considerarmos as rendas geradas nas atividades agrícolas dentro do rincão. Já foi visto que o grande, se não o principal gargalo, refere-se a pouca disponibilidade de terras. Neste sentido cabe a busca e análise dos outros fatores que contribuem para a manutenção das famílias nos dois rincões em estudo.

4 OCUPAÇÕES NO PAMPA: TRABALHO E SOBREVIVÊNCIA

No contexto histórico de domínio cultural e econômico do latifúndio, talvez sejamos induzidos a pensar que no pampa brasileiro existam somente grandes estâncias no molde patronal. No entanto, novos estudos sugerem para a presença de um tipo social que vive predominantemente da atividade pecuária, em porções de terra menores (suficiente para manter a família com os frutos da atividade) e com predomínio de mão de obra familiar. Este “tipo” denominado “pecuarista familiar” vem despertando interesse do meio acadêmico devido suas dinâmicas de reprodução social em meio as grandes propriedades.

Porém, atentamos o presente trabalho para a presença dos Rincões. Os Rincões, como já vimos, caracterizam-se por pequenos povoados onde vivem famílias com pequenas porções de terra. Geralmente o tamanho da terra torna-se um limitante para a sobrevivência. Deste modo, estas famílias lançam mão de estratégias de sobrevivência que vão desde a aposentadoria, passando pelo auto-consumo e comercialização da pequena produção, até a busca por trabalhos nas propriedades maiores (estâncias). No escopo destes trabalhos surgem varias ocupações, algumas tão antigas quanto o surgimento das primeiras estâncias no pampa.

Com a modernização de algumas estâncias, com introdução de pastagens cultivadas, técnicas de melhoramento genético e mecanização de algumas atividades, reduziu-se a necessidade de mão de obra. Isso ocorre também nas estâncias tradicionais que perderam certo dinamismo econômico, tendo assim que reduzir o contingente de empregados.

Contudo, com maior ou menor intensidade, a grande maioria das estâncias necessita de mão de obra especializada na atividade pecuária, pois ainda existem atividades onde a máquina não conseguiu substituir o homem. Esta mão de obra é encontrada principalmente nos referidos Rincões do pampa. Ali se encontra uma população autóctone que nasceu em meio à atividade predominante no pampa, além de que, na maioria das vezes, seus próprios ancestrais já se prestavam à atividade pecuária, legando assim uma vasta bagagem de conhecimento nas lides de campo. Freitas (1980, p. 27) resume como a estância, desde o inicio de sua instalação, teve a sorte e o privilégio de ter mão de obra especializada e disponível para o desenvolvimento da pecuária:

... a elite de estancieiros pôde desde logo, sem qualquer gasto de capital variável, dispor de uma massa trabalhadora dotada de experiência e habilidade necessárias ao pastoreio. É que a técnica de trabalho e produção de pecuária no sul do continente havia sido desenvolvida pelos indígenas, e por eles transmitida aos aventureiros brancos ou mestiços... os futuros integrantes do grupo social denominado gaúcho.”

São domadores²¹, esquiladores²², alambradores²³, tropeiros, capatazes²⁴, peões²⁵ e changueiros ou changadores²⁶, entre outros, que executam tais atividades não só em suas pequenas propriedades, mas principalmente nas estâncias vizinhas. Apesar da divisão de funções, a qual nos parece necessária para o melhor entendimento de cada uma, geralmente o trabalhador do pampa executa varias ou todas elas. É da habilidade de entender e executar as mais diversas lides relacionadas à criação de gado, que se designa ao trabalhador pampiano o qualificativo “campeiro”²⁷. Se estes campeiros prestarem serviços temporários – o que acontece com frequência devido à sazonalidade dos serviços nas estâncias, e, por ser conveniente para as mesmas contratar serviços nas épocas de pico, evitando o pagamento de assalariados fixos – e esta for a lógica de sobrevivência destes indivíduos, serão denominados changueiros ou changadores. Estes, pelo papel estratégico que ocupam, tanto para o suprimento de mão de obra temporária nas estâncias quanto para sua própria sobrevivência, representam uma categoria de trabalhadores com grande importância, já que a permanência de muitas famílias nos Rincões do pampa pode estar sendo determinada pela existência destes homens e mulheres.

²¹“Amansador de potros, peão que monta animais xucros (NUNES & NUNES, 1984). Responsável por deixar pronto para o trabalho uma das mais importantes ferramentas para a atividade pastoril, o cavalo.

²²Encarregados pela tosa ou retirada da lã de ovelhas. Geralmente andavam em grupos, as chamadas “comparsas” executando a tosa de estância em estância. Este serviço era feito com o uso de uma tesoura de tosa, porém com a introdução, em muitas estâncias, da máquina elétrica de tosquiador, esta ocupação teve seu contingente reduzido. Geralmente esta atividade é feita entre a primavera e o verão.

²³“Aquele que faz alambrados (aramado, cerca feita de arame para manter o gado nas invernações ou poteiros... vocábulo de origem platina)” (NUNES & NUNES, 1984).

²⁴“Administrador de uma estância ou de uma charqueada ou ainda o responsável pela condução de uma tropa. Pessoa que, nas lides pastoris, é incumbida de chefiar o pessoal” (NUNES & NUNES, 1984).

²⁵“Homem ajustado para o trabalho rural. Conchavado. Empregado para condução de tropa” (NUNES & NUNES, 1984). Por nossa interpretação, entendemos que o termo peão é mais bem designado para o trabalhador que se presta para as múltiplas lides de campo, porém, geralmente é assalariado fixo de estância.

²⁶Segundo Assunção (1978), o primeiro documento registrado onde aparece o vocábulo “changador” data de 1729 no Uruguai. Aparece com significado depreciativo de “contrabandista de couro”. É justamente nesta atividade, na banda oriental, que surge o changador. Na negociação de couros com espanhóis e portugueses. O transporte dos couros, em muitas oportunidades era feita em pequenas embarcações por arroios e rios. Quando estas cruzavam o rio Uruguai, para a negociação de couro com os Portugueses, estes as chamavam de “jangadas” e os que as conduziam de “jangadeiros”. Como a letra “j” soa no espanhol como “ch”, a palavra era pronunciada pelos orientais “changadeiros” e posteriormente tornou-se changadores. Esta hipótese da origem da palavra é bem aceita por Assunção (1978).

Com o passar dos anos o significado do termo sofreu modificações e ficou mais abrangente, onde changador significa “carregador, indivíduo que se incumba de carretos, que se ocupa em fazer changas...” (NUNES & NUNES, 1984). Onde changa é “pequeno trabalho de transporte, serviço avulso, biscate...” (NUNES & NUNES, 1984). Ou seja, changador é o indivíduo que vive de serviços temporários, biscates, sejam quais forem (relacionados as atividades no pampa), sem vínculo empregatício, recebendo seu ganho por dia ou por empreitada.

²⁷“Pessoa que executa com habilidade os serviços de campo, que monta bem, que vive e trabalha no campo, que entende de tudo o que se relaciona com a criação de gado... O campeiro do Sul equivale ao vaqueiro do Norte” (NUNES & NUNES, 1984).

Falando nas mulheres, constatamos a precariedade de citações nas bibliografias consultadas sobre as trabalhadoras do pampa. Os trabalhos de campo no “lombo do cavalo”, “as façanhas do homem corajoso e guerreiro”, acabam hegemonizando o campeiro, e a figura masculina passa a ser o principal componente do trabalho, das guerras, e por fim, da formação do território pampiano. Assim podemos afirmar que a identidade da região em questão foi sendo construída exclusivamente dentro da figura masculina, restando à mulher um papel secundário e, assim mesmo, ocultado. Contudo, encontramos nos Rincões, mulheres que além de cuidar da família, também trabalham nas estâncias, ocupando funções domésticas (cozinhar, lavar roupa, cuidar de pequenos animais domésticos, assim como, de eventuais pomares e hortas). Neste sentido, Freitas (1980, p. 36) cita algumas das atividades de responsabilidade das mulheres na estância:

Em todas as estâncias havia um espaço cercado de espinhos, em que se cultivava o trigo, o feijão, o arroz, a mandioca, o milho, a abobora, a hortaliça, as árvores frutíferas. Havia, ao mesmo tempo, uma indústria doméstica gerida diretamente pela mulher do estancieiro, que produzia queijos, lingüiças, conservas, charque, tecidos, rendas, artigos de couro, etc.

Também ocupam funções que tiveram grande importância, mas que estão se extinguindo ao longo do tempo, como é o caso das parteiras, benzedeiras e curandeiras. Ávila (1969) tenta definir o trabalho das curandeiras:

“... profissionalismo repleto de atividades, desde as artes da terapêutica vegetal caseira, da experiência ancestral, até as mais variadas explorações psicológicas que partem da superstição e vão ao fetichismo, incluindo as diversas fórmulas misteriosas e cabalísticas. São, assim, as curandeiras do meio rural rio-grandense versadas em quiromancia, em podomancia, em ornitomancia, em onomatomancia e mais artes de perscrutação dos segredos da natureza”.

Uma “função” (de abordagem delicada) muito constrangedora, depreciativa e em muitos casos forçosa, designada às mulheres, principalmente em tempos de guerra, era a de “prostituta”. O termo “china”²⁸, usado regularmente em nosso vocabulário, é motivo de contradições, pois ora emite teor valorativo, ora pejorativo, ficando a mercê do contexto em que é empregado.

Outras funções necessárias nos primórdios do surgimento das estâncias também perderam o sentido. O posteiro, muito útil na vigilância do gado, perde sua importância com a

²⁸“Descendente ou mulher de índio, ou pessoa do sexo feminino que apresenta alguns dos característicos étnicos das mulheres indígenas. Cabocla, mulher morena. Mulher de vida fácil” (NUNES & NUNES, 1984). Através do último significado podemos verificar o teor pejorativo do termo. Ainda, citamos uma frase de Freitas (1980, p. 52), onde o mesmo exprime: “para suas necessidades sexuais, recorria à “china” – prostituta de campanha...”

repressão ao contrabando de couro e a introdução do alambrado (cerca de arame para a retenção do gado e formação de divisas entre propriedades), chamado propositalmente, por Torronteguy (1994) de “fronteira social²⁹”. Outra utilização suprimida (Lei Áurea) foi o trabalho escravo. Segundo Freitas (1980), os escravos eram usados mais frequentemente nas tarefas domésticas e na agricultura para suprimento da estância, assim como as mulheres. Outra ocupação comum para os escravos era salgar e cuidar o charque nos varais das charqueadas. Eram pouco utilizados nas lides de campo, pois os autóctones (índios e mestiços) dominavam as técnicas de pastoreio, enquanto que os escravos demoravam tempo para aprender, além de que um cavalo em posse de um escravo podia representar sua fuga na vastidão do pampa. É válido lembrar que após seu apogeu, as charqueadas foram sucumbindo com a implantação dos frigoríficos.

A abordagem de algumas das principais ocupações encontradas no pampa nos pareceu necessária para o melhor entendimento deste capítulo, já que aqui, além de outros elementos que garantem a manutenção das famílias dos rincões (como as aposentadorias e pensões), iremos identificar a importância da venda da mão de obra neste contexto.

4.1 As atividades (ocupações) fora da UPA (Unidade de Produção Agrícola), aposentadorias e outros benefícios – Rincão dos Mendes

Partindo para a análise do Produto Bruto gerado pelas famílias, podemos inferir que, para muitas, este compõe um limitante para a sobrevivência no rincão. Ainda é possível observar que o principal limitante para atividades produtivas na maioria das famílias do rincão é o fator área, aliado ainda as restrições físicas devido a elevada idade dos moradores, o que passa a dificultar um incremento no Produto Bruto das atividades agrícolas. Neste sentido buscamos elucidar quais outros fatores responsáveis pela manutenção das famílias dos Rincões.

²⁹Para Torronteguy (1994, p. 56) “o alambrado... representa o fim de uma situação social entendida como liberdade e o início de outra situação social mais identificada com a negação da tal liberdade pelo advento de uma sociedade estruturada em classes. O alambrado na História dos sulinos delimitou dois mundos: um, dos grandes proprietários, e outro, daqueles que ficaram do lado de fora dos campos cercados, os não-proprietários.”

Tabela 12 - Rendas (atividades fora de UPA), aposentadorias/pensões e outros benefícios/ano.

Rendas (atividades fora da UPA), aposentadorias/pensões e outros benefícios/ano - Rincão dos Mendes					
Família	Renda Ativ. Temporárias (fora da UPA)	Renda Ativ. Permanente (fora da UPA)	Benefício aposent./pensão	Benefício Bolsa Família	Total R\$/família/ano
1	0	0	8086	0	8086
2	144	8086	0	0	8230
3	0	0	8086	0	8086
4	0	9100	0	0	9100
5	0	8086	8086	1224	17396
6	0	0	16172	0	16172
7	0	0	16172	0	16172
8	0	0	8086	0	8086
9	0	0	16172	0	16172

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A partir da tabela 12 podemos verificar a existência de outros fatores que contribuem, em nosso entendimento, de forma decisiva na manutenção das famílias do Rincão do Mendes.

Observamos que a família “04” (formada por um casal) sobrevive exclusivamente do trabalho assalariado em estância vizinha, onde a mulher trabalha de cozinheira e o homem nas lides da pecuária. Eles retornam aos finais de semana para o rincão, recebendo, durante a semana, alimentação e dormitório no local de trabalho. Somente ele trabalha com carteira de trabalho formalizada.

Na família “02” (formada por três integrantes: mãe, pai e filho) pai e filho trabalham em estância vizinha, sendo o pai trabalhador permanente formalizado e o filho trabalhando temporariamente alguns dias do ano, durante as férias colegiais.

A família “05” (composta por três mulheres: avó, filha e neta) conta, além da aposentadoria da avó, com benefício social “Bolsa Família” do Governo Federal e do salário da filha, recebido no trabalho como doméstica em estância vizinha.

Na família “06” (composta por uma senhora viúva) as entradas monetárias são advindas da aposentadoria e da pensão deixada pelo marido falecido. Nas outras cinco famílias, formada de casais, percebe-se a presença de aposentadorias de pelo menos um integrante.

Neste sentido percebemos a forte, e para a maior parte das famílias decisiva, contribuição das aposentadorias e pensões na manutenção dos moradores do Rincão do Mendes, estando estas, presentes em sete das nove famílias.

No caso dos aposentados do rincão, voltamos a nos remeter as ocupações costumeiras da região pampiana, pois quase a totalidade destes moradores conseguiu o benefício pelos anos de trabalhos prestados nas estâncias.

No caso das mulheres, muitas contaram que eram cozinheiras ou empregadas domésticas. No caso dos homens aposentados, a maioria se designou “peão campeiro”.

Em nosso entendimento o adjetivo “campeiro”, utilizado pelos moradores, busca evidenciar uma ocupação tratada com prestígio na região, onde andar a cavalo nos campos “abertos” das estâncias em lides com o gado seria a condição ideal para o trabalho masculino no pampa, elevando o sentimento de liberdade e a autoestima.

Mesmo sem estarem ativos em suas antigas funções, estes moradores contaram-nos muitas histórias sobre suas labutas diárias no campo, mostrando um forte vínculo com a grande propriedade e seus patrões, além de notório gosto pelas atividades realizadas no contexto da pecuária.

Em uma destas histórias ouvidas durante a pesquisa de campo, um morador contava sobre quanto eram penosas algumas atividades, e que em uma delas havia sofrido um acidente com seu cavalo onde teve de ser hospitalizado por alguns dias. Porém, ao final, reafirmou que gostaria muito de “voltar àquele tempo”.

Outro morador, ao iniciar a conversa, exclamava: “tenho cinquenta anos de arame no lombo”. Usou esta frase para contar que sua profissão era “alambrador” e que havia passado grande parte de sua vida longe de casa, “fazendo cercas para os outros”. No entanto concluiu, mostrando suas ferramentas utilizadas no antigo ofício e dizendo: “eu fiz cerca por aí que é um capricho”.

Em outra oportunidade um morador contava que o antigo patrão da estância onde trabalhava “era um homem bom”. Referiu-se ainda sobre o gosto de buscar o gado à cavalo “ainda de madrugada”.

Vianna (1952, p. 296), atrela ao ambiente pampiano formado de “planície mansa e carinhosa”, um suposto atenuante na penosidade dos trabalhos na atividade pastoril. Coloca o autor: “O pampa – com sua amplitude, o seu desafogo, a sua horizontalidade, a sua vegetação graminosa – faz do trabalho pastoril um verdadeiro esporte”.

Do mesmo modo, José Hernández (1972, p. 26) em sua obra “Martín Fierro” coloca sobre a atividade pastoril: “não era aquilo trabalho, mas a maior diversão.”

Árduas ou não, estas atividades e ocupações foram e ainda são o sustento de muitas famílias dos rincões no pampa. Graças a este contingente de trabalhadores de largo conhecimento e experiência, grande parcela das estâncias se manteve no âmbito da pecuária

ao longo do tempo.



Figura 14 - Alambradores fazendo a manutenção de cercas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

4.2 As atividades (ocupações) fora da UPA (Unidade de Produção Agrícola), aposentadorias e outros benefícios – Rincão da Chirca

Do mesmo modo do Rincão dos Mendes, no Rincão da Chirca, como percebemos anteriormente, o valor gerado pelo Produto Bruto no Rincão da Chirca é reduzido na maioria das famílias, o qual podemos afirmar que dificultaria a reprodução social das famílias. Mesmo com população mais jovem, o Rincão da Chirca, apresenta restrição de área terra para a produção agrícola local (14 hectares para 06 famílias). Neste sentido buscaremos quais outros aspectos que contribuem para a manutenção das famílias no rincão.

Tabela 13 - Rendas (atividades fora da UPA), aposentadorias/pensões e outros benefícios

Rendas (atividades fora da UPA), aposentadorias/pensões e outros benefícios - Rincão da Chirca						
Famílias	Renda Ativ. Temporárias (fora da UPA)	Renda Ativ. Permanente (fora da UPA)	Renda Ativ. Empresarial	Benefício aposent./ pensão	Benefício Bolsa Família	Total R\$/família/ano
1	0	6852	0	8086	0	14938
2	0	6000	12000	0	0	18000
3	0	0	0	16172	0	16172
4	0	6600	0	0	2388	8988
5	4800	0	0	8086	0	12886
6	4800	7200	0	0	0	12000

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Observando a tabela 13 podemos identificar os fatores, além da produção agrícola, que contribuem decisivamente para a manutenção das famílias. Verificamos que, assim como no Rincão dos Mendes, as aposentadorias/pensões assumem papel importante, sendo decisiva na reprodução de família “3”. Entretanto aparecem com grande relevância as atividades realizadas fora da UPA. Em cinco, das seis famílias analisadas, aparecem atividades fora da UPA. Na família “um” a atividade fora da UPA é praticada por uma integrante - sendo, no rincão, a única ocupação fora da UPA que não apresenta relação com a estância - a qual é professora municipal. Nas famílias “quatro” e “seis” são os maridos que trabalham em estância como peões, nas lides da pecuária. Na família “quatro” também aparece o benefício social “Bolsa Família. Ainda na família “seis”, o filho do casal, um menor de idade, executa atividades temporárias relacionadas a pecuária na mesma estância que o pai trabalha. A família “cinco” é composta por um casal de irmãos. Ela recebe aposentadoria, ele trabalha em atividades temporárias em estância lindeira.

Na família “02”, formada por um casal e uma criança, aparece atividade não agrícola. A família possui um pequeno “bolicho” (pequeno estabelecimento comercial onde se vende diversos mantimentos) onde a esposa é a responsável, enquanto o marido trabalha de “peão campeiro” em estância vizinha.

É importante salientar que são três diferentes estâncias das proximidades que absorvem a mão de obra do Rincão da Chirca.

Outro aspecto relevante é o fato de que, exceto a professora, as demais mulheres do rincão não trabalham fora da UPA, ficando para elas a responsabilidade de cuidar das plantas de cercado, das criações, dos filhos e dos afazeres domésticos.

Durante as entrevistas, encontramos apenas dois homens no rincão, o restante estava trabalhando em suas ocupações nas estâncias. Sendo assim, os questionários foram todos

respondidos pelas mulheres. Perguntadas sobre as ocupações que exerciam elas denominavam-se “donas de casa”. Para seus maridos e filhos que trabalhavam nas estâncias, referiam-se como “peão campeiro”.

No Rincão da Chirca verificamos uma população em idade economicamente ativa, já no Rincão dos Mendes a população apresenta-se em idade avançada e aposentada. Além da faixa etária, outros aspectos como a origem dos rincões, as etnias e a dinâmica na utilização da terra (comunal na Chirca e privada nos Mendes) trazem algumas diferenças entre os rincões. No entanto a ligação com a estância pastoril é o elo que liga as duas comunidades. Seja no passado (Rincão dos Mendes) ou no presente (Rincão da Chirca) as duas comunidades conseguiram a manutenção através da venda da mão da obra nas atividades pastoris da grande propriedade pecuária. Pode-se afirmar que os rincões consistem em núcleos de moradores que exercem ou exerceram funções em atividades pastoris das estâncias.



Figura 15 - Esquiladores fazendo as tosa da lã de ovelhas.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

5 AS PERCEPÇÕES DOS MORADORES EM RELAÇÃO AO RURAL E AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS: UM BREVE COMPARATIVO ENTRE OS RINCÕES

Eu sou daqui, do quarto subdistrito de Rosário... vocês não passaram numa casa ali, de pedra?... ali que foi o meu nascimento, ali ficou meu umbigo, ali que minha mãe me ganhou... ah, a campanha é bom mesmo, vamos falar a verdade, é bom né?... quando eu saio daqui, eu saio chorando; quando eu venho, venho sorrindo (Moradora do Rincão dos Mendes).

Além dos aspectos quantitativos abordados anteriormente, nos parece necessária, uma abordagem mais qualitativa que complemente o entendimento dos fatores que condicionam a permanência das famílias nos rincões estudados. Neste sentido buscaremos elucidar as percepções dos moradores do rincão em relação ao rural e as atividades agrícolas, bem como as perspectivas sobre o futuro das famílias.

Apesar dos resultados apresentados anteriormente, demonstrando as dificuldades como baixa renda, envelhecimento da população, escassez de terras para a produção, falta de serviços básicos e distanciamento dos rincões em relação aos centros urbanos, verificamos certa satisfação dos moradores dos dois rincões em relação ao local que vivem.

Quando comparados passado e presente, os dois rincões julgam que a vida no campo melhorou nos dias atuais, chegando a um índice de aproximadamente 67% de famílias (nos dois rincões) que afirmam que suas vidas melhoraram em relação ao passado. Esta percepção pode estar vinculada à chegada recente da energia elétrica, a qual facilitou em muitos aspectos o cotidiano das famílias, que puderam adquirir televisores, geladeiras, entre outros itens que proporcionam melhor conforto. Outro aspecto que pode auxiliar na compreensão do aumento do grau de satisfação pode estar relacionado à concessão do benefício da aposentadoria (principalmente no Rincão dos Mendes) e ao seu respectivo aumento real (poder de compra).

Outro dado interessante se refere ao grau de satisfação em relação ao rural e as atividades agrícolas. Nos dois rincões, aproximadamente 87% das famílias dizem estar satisfeitas. Isso demonstra o que já tínhamos observado nas conversas “abertas” com os moradores (fora do questionário). Notamos um forte apego, uma certa “devoção” ao lugar e as atividades desenvolvidas, principalmente àquelas relacionadas a pecuária, contrastando com um certo repúdio em relação ao urbano (cidade).

Nós fomos criado como filho do campo, aí. Nascemos com saúde, e o que comer nunca faltou. Eu queria tá era aqui trabalhando no meio do gado, das ovelhas (Morador do Rincão dos Mendes).

Cidade, tu pra mim é uma cruzeira, mas eu sempre me cuido do teu bote. (Moradora do Rincão dos Mendes).

Observado o “apego” e a satisfação em relação ao rural nas comunidades em questão, buscamos quais os elementos os moradores percebem como mais importantes ou valorizados dentro do rural e do local em que vivem. Os resultados são apresentados a seguir pela figura 15.

Quando o senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa?

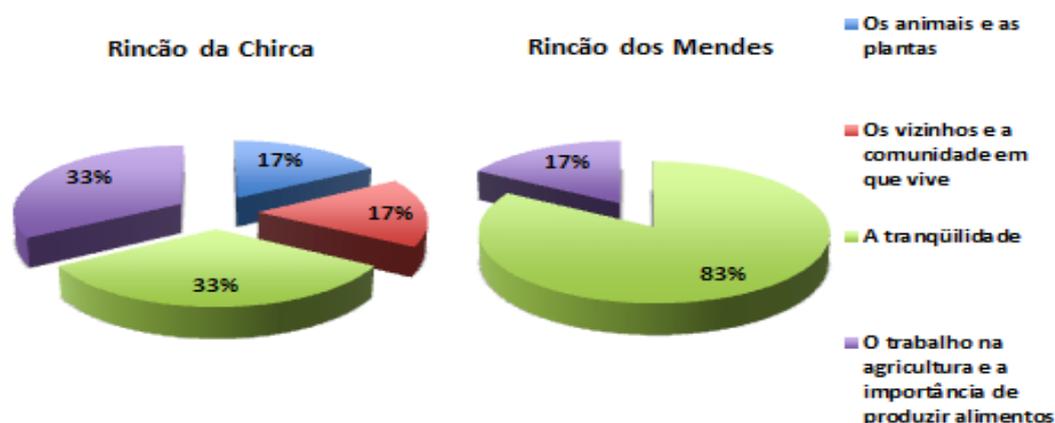


Figura 16 - Distribuição (%) dos elementos mais valorizados no rural pelas famílias dos rincões.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Observamos que no Rincão da Chirca há uma preponderância das famílias para o “trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos”, além do aspecto da “tranquilidade” transmitida pelo local em que vivem, como elementos mais valorizados. No Rincão dos Mendes verifica-se uma alta predominância pela valorização da tranquilidade no espaço rural. A faixa etária dos moradores dos rincões pode contribuir para explicar a diferença de percepções. No Rincão da Chirca a população adulta, de modo geral, encontra-se numa faixa etária menor que a do Rincão dos Mendes. Para os moradores do Rincão da Chirca a atividade na agricultura (fora e dentro da UPA) é a principal fonte de renda a principal atividade cotidiana, refletindo, conseqüentemente, nas respostas. No Rincão dos Mendes a população encontra-se numa faixa etária mais elevada em que boa parte recebe o benefício da aposentadoria rural, colocando a atividade na agricultura como secundária, visto que a renda da aposentadoria supre o papel que a atividade agrícola tinha no passado recente. Nesse sentido, a população do Rincão dos Mendes tem outras atividades cotidianas em que a

tranquilidade torna-se elemento importante, principalmente pela maior disponibilidade de tempo para se dedicar a atividades prazerosas, já que a subsistência, em certa medida, não é mais preocupação do dia-a-dia.

Outro aspecto que mostra certa recusa ao espaço urbano por parte dos moradores dos rincões, aparece quando indagados se há pessoas da família que pretendem ir para a cidade. Nos dois rincões dois terços das famílias responderam que não há pretendentes a abandonar o campo. Porém esta resposta pode ser influenciada por certo medo do desconhecido, insegurança e a não garantia de oportunidades na cidade.

No entanto quando buscamos verificar a possibilidade de sucessão rural, os dados nos demonstram incertezas. Nos dois rincões existem dúvidas quanto a permanência ou retorno de sucessores nas propriedades.

Verificamos que no Rincão dos Mendes, metade das famílias acredita que haverá retorno de pelo menos um filho para a continuidade da propriedade rural. A outra metade que não acredita na sucessão da propriedade, atrela esta descrença ao fato de os filhos já estarem com suas vidas estabilizadas na cidade, porém não podemos esquecer do limitante maior: a escassa parcela de área para desenvolver atividades agrícolas, além do isolamento do rincão.

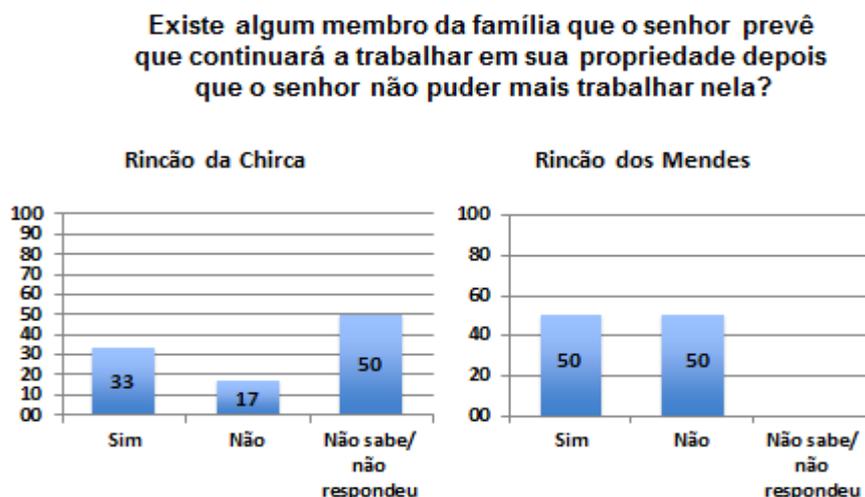


Figura 17 - Perspectiva das famílias dos rincões sobre a sucessão rural.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

No Rincão da Chirca, apesar dos limitantes de área para o desenvolvimento atividades agrícolas e do isolamento, 33% das famílias afirmam que a propriedade terá sucessor, e outros 50% das famílias apresentam dúvidas quanto à existência de sucessores nas propriedades.

Estes índices podem estar relacionados a presença de crianças e jovens nas famílias, o que acaba gerando expectativa e dúvida por parte dos pais (entrevistados) quanto ao futuro destes na atividade rural.

Por fim, uma última pergunta foi feita de forma aberta: “O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida de sua família”?

Um aspecto interessante levantado no Rincão dos Mendes por 25% das famílias foi a “melhoria da acessibilidade”, ou seja, melhoria de estradas e linhas de ônibus na localidade. Verificamos a ausência de veículos no rincão, sendo o acesso para a cidade dependente de uma linha de ônibus que atende a região somente uma vez por semana. Neste sentido, a preocupação com o acesso está vinculada a preocupação com possíveis casos de emergência, relacionados a saúde dos moradores, na maioria idosos, com vistas ao demorado tempo que levariam para serem atendidos ou levados ao atendimento médico.

Contudo, o que mais foi lembrado pelos entrevistados, como principal elemento de melhoria das condições de vida, nos dois rincões, foi o acesso a água. Lembramos que as residências dos rincões são abastecidas por cacimbas (fontes naturais) que são canalizadas até as casas. O que ocorre é que esta resposta pode ter sido influenciada pela época em que foi realizada a pesquisa de campo. A coleta de dados se deu em janeiro de 2012, no período crítico de uma das maiores estiagens ocorridas no Rio Grande do Sul, sendo que várias vertentes nos rincões acabaram “secando”. Verificamos vários moradores dos dois rincões percorrendo consideráveis distâncias, munidos de latas e baldes, em busca de água, que era advinda de estâncias vizinhas (que possuíam poços artesianos) ou de córregos que não secaram.

CONSIDERAÇÕES

No trajeto deste trabalho buscamos apresentar as principais características que compõem o complexo mosaico de elementos que contribuem para a reprodução socioeconômica das famílias de duas comunidades rurais do pampa.

Esta tarefa já contemplaria nossos esforços somente pelo fato de termos conseguido evidenciar a existência destas populações rurais ainda pouco compreendidas. No entanto fomos mais longe um pouco, conseguindo elucidar, ainda que abreviadamente, o universo dos rincões.

Observamos no Rincão dos Mendes uma população bastante envelhecida, onde os jovens abandonaram o campo em busca de oportunidades que lhes foram ausentes no espaço rural.

O rincão é formado por propriedades pequenas e população de elevada idade. Apesar disso verificamos a importância das pequenas produções (animal e vegetal) para o autoconsumo familiar, além de eventual comercialização de animais.

Ainda temos as atividades fora da UPA que apareceram (no passado) com grande incidência no Rincão dos Mendes. Estas atividades estavam sempre atreladas aos trabalhos ofertados pelas estâncias, como os serviços de cozinheira e doméstica, no caso das mulheres, e de “peão de campeiro”, no caso dos homens. Estas ocupações garantiram as aposentadorias que são as grande mantenedoras das famílias no rincão. Estas aposentadorias e pensões, oriundas dos anos de serviços prestados em estâncias, trazem certa “segurança” e estabilidade econômica aos moradores idosos do rincão.

Esta relação dos rincões com a grande propriedade pastoril vem de muito tempo, e sempre teve um papel estratégico para o dono do latifúndio. A provável origem dos dois rincões, como detectamos na pesquisa de campo, é baseada na doação, pelos estancieiros, de pequenas áreas de terra, uma estratégia que os beneficiava (e ainda beneficia) com a conservação de um contingente de mão de obra próxima e pronta para o trabalho da pecuária. Contudo, identificamos, no Rincão dos Mendes, o gosto pelas atividades executadas no âmbito das estâncias. Este “saudosismo” ficou evidente nas diversas histórias contadas pelos moradores aposentados, sempre no cenário das atividades campeiras.

No Rincão da Chirca, encontramos uma população mais jovem, com significativa presença de crianças e população em idade economicamente ativa. Apesar disso as atividades agrícolas contribuem pouco para o incremento do Produto Bruto, devido a escassez do meio de produção terra. Ainda assim, a pequena produção agrícola contribui significativamente

para o autoconsumo familiar. Observamos ainda uma estratégia na produção animal baseada no “gado de corredor”, na tentativa de incrementar a produção dentro do limitante de área para pastejo dos animais.

Contudo, no Rincão da Chirca, as atividades fora da UPA se configuram com maior importância na manutenção destas famílias. De forma geral, na divisão do trabalho, os homens se dedicam as ocupações da estância, enquanto as mulheres são responsáveis pelas atividades do lar.

Outro aspecto identificado foi o elo de ligação entre os dois rincões. Este elo é baseado nas relações, principalmente profissionais, que os rincões estabeleceram com as estâncias. Seja no passado (Mendes) ou presente (Chirca) as ocupações pastoris sempre permearam a sobrevivência tanto dos rincões quanto das estâncias de gado.

Na complementação do nosso trabalho, buscando alguns aspectos de cunho qualitativo, tentamos elucidar e compreender as percepções e perspectivas dos moradores dos dois rincões em relação ao rural e seu futuro.

Ficou evidente certo sentimento de apego aliado a um elevado grau de satisfação em relação ao rural e as atividades agrícolas que as famílias executam. Estes aspectos acabaram contrariando a primeira impressão deixada através da verificação de uma condição de baixa renda das famílias, indicando que os fatores socioeconômicos devem ser aliados a reflexões qualitativas mais aprofundadas com análise de elementos subjetivos como relação homem-natureza, apego, espiritualidade, entre outros.

No entanto a percepção sobre sucessão rural não é bem clara. Os moradores entrevistados demonstraram dúvidas quanto o prosseguimento dos filhos na propriedade e nas atividades agrícolas. Se aliarmos a esta dúvida o aspecto da estrutura fundiária e do isolamento dos rincões, somos induzidos a pensar que a sucessão rural nos rincões parece estar comprometida. Porém não temos subsídios suficientes para criar qualquer tipo de certeza.

Nosso trabalho apresentou limites no que se refere as reflexões mais qualitativas. Isso deve-se a escolha das ferramentas para coleta de dados, baseada em questionário, método que acaba por privilegiar uma análise voltada aos elementos quantitativos.

Nesse sentido colocamos nosso trabalho como uma investigação inicial, com alguns subsídios para novas pesquisas. Porém fica em aberto um vasto campo para a melhor compreensão destas comunidades rurais pampianas chamadas rincões, principalmente no que se refere aos aspectos qualitativos.

Por fim, o gado, o avistar ao longe, o verde das pradarias, a brisa no rosto, o sentimento de tranquilidade, enfim, a vastidão do pampa, nos traz ao olhar uma uniformidade onde nem mesmo as cercas são vistas como divisas, mas sim como parte do pampa, e assim somos induzidos a acreditar em uma falsa “uniformidade social”, uniformidade na qual tentamos desmitificar com um olhar menos romântico, face a face com seus habitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário Estatístico da ABRAF 2009 - Ano Base 2008**. Disponível

em: <<http://www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF09-BR.asp>>. Acesso em: 20 jul.2013.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.2, n. 4, p. 82-97, ago. 2007.

APA DO IBIRAPUITÃ. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/apadoibirapuita>>. Acesso em: 12 ago.2013.

ASSUNÇÃO, F.O. **El gaucho**. Montevideo: Division Publicaciones y Ediciones/ Universidad de la Republica Oriental del Uruguay, 1979.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Ed HUCITEC, 1993.

BERND, Z. & BAKOS, M.M. **O negro: consciência e trabalho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

CESAR, G. **Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)**. Porto Alegre: Corag, 2005.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrários em América Latina**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1994.

COSTA, C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul: análise a partir dos sistemas agrários**. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, UFSM, Santa Maria, RS, 2010.

D'ÁVILA, Floriano Maya. **Terra e gente de Alcides Maya**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 15 ago.2013.

FONTOURA, A. F. da. **A produção para autoconsumo: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS**. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, UFSM, Santa Maria, RS, 2012.

FREITAS, Décio. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

HERNÁNDEZ, J. **Martín Fierro**. Porto Alegre: Bels, 1972.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 ago.2013.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_mes_meta_desul>. Acesso em: 25 mai.2011.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite**: monitoramento do bioma pampa – 2008/9. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatrio_tcnico_monitoramento_pampa_2008_2009_72.pdf>. Acesso em: 10 ago.2013.

NÚCLEO AMIGOS DA TERRA BRASIL – NATBRASIL. **O pampa em disputa**: a biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/cartilha_pampa_emdisputa.pdf>. Acesso em: 04 ago.2013.

NUNES, Z.C.; NUNES, R.C. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1984.

OLIVEIRA, A. **Rincões do pampa**: Aspectos socioeconômicos de comunidades tradicionais da Serra do Caverá. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SÁ BRITO, A. N. **Entre o corredor e a estância**: dinâmicas sociais e produtivas na APA do rio Ibirapuitã. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural): Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, UFSM, Santa Maria, RS, 2010.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, FEE, v. 2, n. 4, p. 259-268, 1994.

SILVA, E. L. O Pampa e a Apa do Ibirapuitã: estratégias e ações para a sustentabilidade. *In*: COSTA, B. P. et. al. (Orgs.) **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas: Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010.

PESAVENTO, S. J. RS: **A economia e o poder nos Anos 30**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1980.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1997.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 16 ago.2013.

PORTO, Rafael Gastal et al. Pecuária familiar: a emergência de uma categoria social no Sul do Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.48, n. 2. abri./jun. 2010.

TORRONTEGUY, Teófilo. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto/IEL, 1994.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: o campeador rio-grandense**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1952.

_____. _____. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosário do Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosário_do_Sul). Acesso em 10 de agosto de 2013.